



DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO - 08

SABADO, 23 DE SETEMBRO DE 1937

SENADO FEDERAL

## PAGECERES

**Parecer nº 643, de 1967**

Do Sr. 1º Secretário da Câmara dos Deputados, encaminhando à revisão do Senado, autógrafos do seguinte Projeto:

Dispõe sobre a Justiça Federal de primeira instância, alterando a Lei nº 5.010, de 30 de maio de 1966, modificada pelo Decreto-lei nº 253, de 28 de fevereiro de 1967.

Art. 1º São introduzidas na Lei número 5.012, de 50 de maio de 1989, que organizou a Justiça Federal da primeira instância, alterada pelo Decreto-lei nº 213, de 23 de fevereiro de 1967, as seguintes modificações:

a) o item I<sup>o</sup> do art. 13 da Lei número 5.073, de 30 de maio de 1966, introduzido pelo item III do artigo 1<sup>o</sup> do Decreto-lei nº 230, de 28 de fevereiro de 1967, passa a vigorar com o seguinte texto:

"IX — requisitar fôrça federal ou estadual necessária ao cumprimento de suas decisões."

Do a alteração do item XIII do artigo 1º do Decreto-lei nº 293, de 28 de fevereiro de 1937, passa a vigorar com o seguinte texto:

42) Nas Serras Juilificados do Acre, Maranhão, Amambá, Amazonas, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Paraíba, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Roraima, Santa Catarina e Sergipe, um cargo de Distribuidor — Contador."

o a modificação do art. 33 da Lei nº 5.010, de 30 de maio de 1966, constante do final do item IV do art. 1º do Decreto-lei nº 253, de 28 de fevereiro de 1967, constitui o item V do referido art. 1º.

do item sobre a 3ª Região Judiciária do Nordeste, constante do artigo 6º da Lei nº 5.070, de 30 de maio de

"2º Nordeste: Alagoas, Ceará, Paraíba, Pernambuco e Território do Fernando de Noronha, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe."

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

As Comissões de Projeto do  
Executivo, de Constituição e Jus-  
ticia e de Finanças.

Da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 23, de 1933, que regula o direito de pagamento ao endossatário do certificado de depósito bancário de que trata a Lei nº 4.713, de 14 de julho de 1965 e dá outras providências.

Relator: Senador Antonio Carlos

O projeto ora submetido à nossa consideração é da lavra do Senador Everson Neto e tem por objeto regular o direito de pagamento ao endossatário do certificado de depósito bancário de que trata a Lei nº 4.722, de 14 de julho de 1955.

Ao justificar a proposição seu il-  
 lustre autor expendeu dentre outros os  
 seguintes argumentos:

1º) a citada Lei 4.728, inovou no-  
fundamente o nosso direito con-  
tratuário;

2º) Quando se tratam de depósitos bancários correntes marceem reger-se as constantes do art. 20, que autoriza os bancos de investimento, por via criada nos depósitos com prazos superiores a 18 meses, a emitir, em favor dos respectivos depositantes, certificados de depósito bancário;

3) o certificado é uma promessa de pagamento, dada com data, endosso e endossatário, com suas respectivas qualificações;

3º) o referido diploma no intuito de emitir o certificado de 1.ª matrícula, incorreu em erro;

59) o presente projeto visa a regulamentar os procedimentos de caráter sucessivos e avalis, assim como o sistema judicial de concórdia.

A matéria já foi objeto de estudo nesta Comissão, tendo o Senador Góes da Fonseca, em seu alentado parecer opinado pela audição do Ministério da Fazenda, antes de pronunciar-se definitivamente.

Em resposta às informações solici-  
tadas, o Ministro da Fazenda atra-  
vés do Ofício nº 390 de 1938, trans-  
mitiu a esta Comissão esclarecimen-  
tos, fornecidos pelo Banco Central da  
República, em que este diz:

Esta contusão, em um único título, de características extensas de suas formas diferentes de instrumentos de crédito, foi extremamente feliz: seria de tão incoerência romper tal equilíbrio como certamente ocorreria se fosse aprovado o Projeto de Lei do Senado nº 23, de 1966, porquanto esse projeto, se convertido em lei:

a) somente acrescentaria ao certificado de depósito bancário uma garantia adicional (a co-responsabilidade)

de do endossador) absolutamente  
incerta e incomparavelmente menos  
eficiente do que a do seu eminente,  
já assegurada e ineludível:

b) mais dificuldade a transferência do título, que se antevê como um meio excelente de circulação de riqueza e movimentação (com solidez) de crédito;

c) e não impediria que o endossante, querendo, se exonerasse de tal responsabilidade, desde que repassasse o título a favor da c/cção civil, o que apenas o obrigaria a ter mais cuidado e importância em uma burla indireta (ainda que legal) ao espírito do próprio projeto."

Resulta do exposto que a lei a ser modificada pelo projeto em estudo decorreu da necessidade de chamar para os bancos de investimento de depósitos que não puderam ser movimentados pelos seus depositantes. Tal imobilidade por certo desestimulou a os depositantes, motivo pelo qual foi anexada ao certificado de depósito uma espécie tipicamente cambial, como forma de compensação.

Como bem acentuou o Banco Central em sua informação, o documento 4.729, mencionado segundo estudo de 6. grupos técnicos e de política monetária do governo, devendo portanto ser avaliada qualquer modificação de valor em seu contexto, sob pena de distorção.

Como se verifica, estamos diante de matéria de direito, a qual se insere no âmbito da nossa competência, pelo que não cabe o exame do mérito da proposição. E, de, como se demonstra no pronunciamento do Banco Central, é de todo inconveniente, por via remota, de maneira tumultuosa e o sistema financeiro vigente.

Ante o exposto, opinamos pela re-  
jeição do projeto.

Sala do C. m. des. 20 de setembro de 1937. — Milton Campos, Presidente — Antonio Carlos, Relator — Carlos Lindenberg Aloysio de Carvalho — Josephat Marinho — Manoel Pimentel — Antonio Balbino.

Farecer nº 544, de 1967

Da Comissão de Constituição e Justiça sobre o Projeto de Lei do Senado nº 26, de 1967, que torna privativo do Instituto Nacional de Previdência Social o seguro de Ações do Trabalho.

Relator: Senador Antônio Balbino

1. Em 15 de maio do corrente ano o eminente Senador Vasconcelos Aires apresentou o Projeto de Lei número 25, distribuído às Comissões de Justiça, de Legislação Social e de Finanças tornando "privativo do Instituto Nacional de Previdência Social o seguro de acidentes do trabalho".

2. É um projeto de redação simples, em cujo primeiro artigo se esta-

belece a revogação do Decreto-lei número 293 de 23 de fevereiro de 1957, atribuindo-se, em caráter privativo, o seguro de acidentes ao I.N.P.S., no artigo 2º, e determinando (art. 3º) que o Poder Executivo regulamente a lei em 60 dias.

3. A justificação do projeto foi a seguinte:

"Baixado nos últimos dias do Governo Castello Branco, o Decreto-lei nº 293, revogou o Decreto-lei 7.036, de 10 de novembro de 1944. Tal revogação foi lamentável, pois, o Seguro de Acidentes do Trabalho não pode e não deve, nunca, ser privado.

Alegam as companhias seguradoras que desejam, apenas, um regime de competição entre as empresas e o I.N.P.S. para fomentar o melhor serviço ao trabalhador.

Alegam, ainda, que os benefícios concedidos pela Previdência Social não se confundem com as indenizações por acidentes de trabalho, já que resultam de obrigações distintas e de diferentes fontes de direção.

Que, além do mais, o seguro de acidentes do trabalho é inteiramente pago pelo empregador, enquanto que a contribuição para a Previdência Social é de responsabilidade não só do empregador e do empregado, como também, do Estado.

Entretanto, as próprias companhias seguradoras aceitam algumas manifestações sindicais em favor da estatização pois reconhecem que a lei é imperfeita.

Acontece que, em sua mensagem de 1º de maio, dirigida aos trabalhadores e lida em Santos, Estado de São Paulo, pelo Ministro do Trabalho, Sr. Jarbas Passarinho, o Exmo. Senhor Presidente da República abriu novas e felizes perspectivas para o regime legal da reparação de acidentes do trabalho.

Não foram, apenas, as palavras do Sr. Presidente da República mas, também, os próprios pronunciamentos do Sr. Ministro do Trabalho, que definiram a posição do Governo a favor da transferência do seguro de acidentes para a Previdência Social.

Em abono das palavras do eminente Ministro Jarbas Passarinho, invocamos o grande jurista Plínio Barreto: "Não se compreende, realmente que a dor e a miséria alheia possam ser objeto de mercancia.

Este seguro, social por sua própria natureza, deve ser social, por sua forma de exploração. A aludida transferência proporcionaria, desde logo, às instituições de previdência, imensos recursos financeiros que seriam aplicados na melhoria da assistência médica a ser prestada pelas mesmas instituições a seus segurados e respectivos dependentes (Parecer, como relator, aprovado pela Comissão de Investigação Econômica e Social da Câmara dos Deputados em 1946).

Deve-se notar, ainda, que o Brasil, em diversas conferência internacionais de trabalho, já assumiu compromissos contra o seguro privado. Manifestaram-se, também, nesse sentido, diversas entidades jurídicas e sociais e estudiosos do assunto, da maior respeitabilidade.

E de se notar, ainda, que os interesses de ordem privada surgem, evidentemente, quando se trata de transferir a previdência social os seguros de menor risco, pois os outros, os chamados "maus seguros", tais como os dos estivadores, dos ferroviários, etc., desde há muito foram excluídos da comercialização das seguradoras, estando entregues, exclusivamente à Previdência Social.

Cumpre-nos lembrar que, se não fossem as sucessivas prorrogações do regime privado, de que resultou perpetuada cobertura pela Previdência Social dos "maus seguros", teríamos o fim da privatização do seguro de acidentes de trabalho no próximo Decreto-lei 7.036.

Ao apresentar este Projeto, sigo a invariável linha da coerência que norteia minha atividade parlamentar. Desde o tempo em que exercia o man-

# EXPEDIENTE

## DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL  
ALBERTO DE BRITTO PEREIRA

CHefe DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES  
J. B. DE ALMEIDA CARNEIRO

CHefe DA SEÇÃO DE REDAÇÃO  
FLORIANO GUIMARÃES

### DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

#### SEÇÃO II

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional — BRASÍLIA

dado de deputado federal batalhei por esta idéia e, mais recentemente, durante o processo de discussão e votação da nova Carta Constitucional, apresentei emenda abordando o mesmo tema.

Com esta justificativa espero contar com o apoio dos Nobres Colegas para aprovação do presente Projeto de Lei.

4. Ao nos ser distribuído o presente projeto, já era público e notório que o Presidente da República, acolhendo sugestão do Sr. Ministro do Trabalho, estava elaborando mensagem sobre a mesma matéria para submetê-la à apreciação do Congresso Nacional.

Acreditamos, então, que seria preferível sobrestar no andamento da proposição de iniciativa do Senador Vasconcelos Torres de tramitação normalmente mais demorada e cujo contexto não abordeva implicações fundamentais do problema, pela própria incompetência de conter qualquer preceito que importasse em aumento ou autorização de despesa, imprescindível na solução do tema tão controvertido e complexo — e por isso aguardamos que fosse apresentada a mensagem do Executivo.

5. E fora de dúvida que, de acordo com o texto de iniciativa do Presidente da República, aprovado pelo Congresso com uma série de modificações que deram à transferência do seguro de acidentes do trabalho para o I.N.P.S., em caráter privativo, uma solução mais ampla — o assunto acaba de ter debate mais adequado e menos sujeito a objeções, inclusive de ordem jurídica e constitucional, que o contido na proposição do Senador Vasconcelos Torres.

Seria, no entanto, a esta altura, simples preocupação de prolongar o debate, considerá-lo, na base do projeto do eminente representante do Estado do Rio de Janeiro, a controversia dos seus aspectos doutrinários, uma vez que uma preliminar de caráter objetivo já agora existe: a matéria deve ser considerada prejudicada e atendendo o objetivo do projeto do Senador Vasconcelos Torres com a aprovação, já verificada, da mensagem de iniciativa do Presidente da República.

Com estes fundamentos, opinamos pelo arquivamento do projeto nº 25, de 1967.

Sala da Comissão de Justiça, 20 de setembro de 1967. — Milton Campos, Presidente — Antônio Carlos — Menezes Pimentel — Josaphat Marinho — Aloysio de Carvalho — Carlos Lindenberg.

#### Parecer nº 645, de 1967

Redação final do Projeto de Resolução nº 74, de 1967, que aposenta Leopoldina Ferreira Neves, Oficial Legislativo, PL-3, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 74, de 1967, nos seguintes termos:

#### RESOLUÇÃO Nº 74, DE 1967

O Senado Federal resolve:

Artigo único. É aposentada, de acordo com os artigos 100, item III,

§ 1º, e 101, item I, alínea "a", da Constituição Federal, combinados com os artigos 349, da Resolução nº 6, de 1960 e 1º da Resolução nº 16, de 1963, mais a gratificação adicional a que faz jus, a Oficial Legislativo, PL-3, do Quadro da Secretaria do Senado, Leopoldina Ferreira Neves.

Sala da Comissão Diretora, 22 de setembro de 1967. — Moura Andrade — Duarte Mariz — Victorino Freire — Edmundo Levi — Cattete Pinheiro — Raul Giuberti.

#### Parecer nº 646, de 1967

Redação final do Projeto de Resolução nº 73, de 1967, que torna sem efeito a nomeação de Geraldo José de Sá, candidato habilitado em concurso público, para o cargo de Auxiliar-Legislativo.

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto da Resolução nº 73, de 1967, nos seguintes termos:

#### RESOLUÇÃO Nº 73 DE 1967

O Senado Federal resolve:

Artigo único. Fica sem efeito, de acordo com o art. 25, alínea "c", item 2, da Resolução nº 2, de 1959, a nomeação de Geraldo José de Sá, candidato habilitado em concurso público, para o cargo inicial da carreira de Auxiliar-Legislativo do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

Sala da Comissão Diretora, 22 de agosto de 1967. — Auro Moura Andrade — Duarte Mariz — Victorino Freire — Edmundo Levi — Cattete Pinheiro — Raul Giuberti.

#### Parecer nº 647, de 1967

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 37, de 1967.

Relator: Senador Carlos Lindenberg.

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 37, de 1937 (nº 31.B-67 na Casa de origem), que aprova o Decreto-lei número 329, de 2 de agosto de 1967.

Sala das Sessões, 22 de setembro de 1967. — Teotônio Vilela, Presidente — Carlos Lindenberg, Relator — Bezerra Netto.

#### ANEXO AO PARECER Nº 647, DE 1967

Redação final do Decreto Legislativo nº 37, de 1967.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 58, parágrafo único da Constituição Federal, e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte:

#### DECRETO LEGISLATIVO Nº 37 DE 1967

Aprova o Decreto-lei nº 329, de 2 de agosto de 1967.

O Congresso Nacional decreta:

Art. único. É aprovado o texto do Decreto-lei nº 329, de 2 de agosto de 1967, que prorroga o prazo a que se refere o art. 1º do Decreto-lei nº 324, de 27 de abril de 1967.

#### Parecer nº 648, de 1967

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 35, de 1967.

Relator: Senador Carlos Lindenberg.

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 35, de 1967 (nº 26.B-67 na Casa de origem), que aprova o Acordo entre o Governo do Brasil e o Governo da República Portuguesa para a Cooperação na Utilização da Energia Nuclear para Fins Pacíficos, assinado no Rio de Janeiro em 18 de junho de 1965.

Sala das Sessões, 22 de setembro de 1967. — Teotônio Vilela, Presidente — Carlos Lindenberg, Relator — Bezerra Netto.

#### ANEXO AO PARECER Nº 648 DE 1967

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 35, de 1967 (número 26-B-67 na Casa de origem).

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 58, VIII, da Constituição Federal, e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte:

#### DECRETO LEGISLATIVO Nº 35 DE 1967

Aprova o Acordo entre o Governo Brasileiro e o Governo da República Portuguesa para a Cooperação na Utilização da Energia Nuclear para Fins Pacíficos, assinado no Rio de Janeiro, em 18 de junho de 1965.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o Acordo entre o Governo do Brasil e o Governo da República Portuguesa para a Cooperação na utilização da Energia Nuclear para Fins Pacíficos, assinado no Rio de Janeiro, em 18 de junho de 1965.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

#### PARECER Nº 619 DE 1937

Redação final da emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 60, de 1967 (nº 427-B-67 na Casa de origem).

Relator: Senador.

A Comissão apresenta a redação final da emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 60, de 1967 (nº 427-B-67, na Casa de origem), que prorroga, pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, a isenção de que tratam as letras "b" e "c" do item I do art. 1º da Lei nº 4.622, de 3 de maio de 1965.

Sala das Sessões, 21 de setembro de 1967. — Teotônio Vilela, Presidente — Carlos Lindenberg, Relator — Antônio Carlos.

#### ANEXO AO PARECER Nº 619 DE 1967

Redação final da emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 60, de 1967 (nº 427-B-67 na Casa de origem), que prorroga, pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, a isenção de que tratam as letras b e c do item I do art. 1º da Lei número 4.622, de 3 de maio de 1965.

#### EMENDA Nº 1

(Corresponde à emenda nº 1 CF)

Ao art. 1º dá-se a seguinte redação:

Art. 1º É concedida prorrogação, por 24 (vinte e quatro) meses, do prazo estabelecido nas letras "b" e "c" do item I do art. 1º da Lei número 4.622, de 3 de maio de 1965, que concede isenção do imposto de importação e do imposto sobre produtos industrializados, para a importação de equipamentos de produção, com os respectivos acessórios, ferramentas e

instrumentos, e de partes complementares sem similar nacional à época da importação e destinados à produção nacional de tratores agrícolas, máquinas rodoviárias e cultivadores motorizados.

#### O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — O expediente não vai à publicação.  
Há oradores inscritos.  
Tem a palavra o Sr. Senador Edmundo Levi.

#### O SR. EDMUNDO LEVI:

Sr. Presidente, Srs. Senadores, em dia do começo deste mês, tive oportunidade de comentar as informações prestadas pela Superintendência da SUDAM, a respeito da enorme enchente que assolou o vale do Amazonas. O ilustre dirigente do órgão regional informou, nesse documento, que tão logo tomou conhecimento do drama que viviam as populações amazônicas, dirigiu-se pessoalmente, ao Sr. Ministro Albuquerque Lima, do Interior, para lhe expor o ocorrido, propor e solicitar providências. Em um dos trechos dessa informação declarou o ilustre Superintendente da SUDAM, referindo-se ao Sr. Ministro do Interior:

"S. Ex.<sup>a</sup>, imbuído da responsabilidade e do patriotismo que constituem a filosofia do Governo Federal, solicitou ao Presidente do Banco do Brasil S.A. o refinanciamento, financiamentos novos e incremento das operações para aquisição direta dos estoques, ampliação do limite de penhor e concessão de maior elasticidade nas operações de crédito, visando, com essas medidas excepcionais, socorrer os produtores de lula e criadores regionais."

E esclarece, logo em seguida a este tópico:

"O Banco do Brasil S.A. já estava adotando essas providências juntamente com o Banco da Amazônia S.A., adicionado, nesta emergência, para levar os recursos financeiros indispensáveis ao equilíbrio da economia regional atingida num dos seus maiores super-

Reconheço, Sr. Presidente e Srs. Senadores, a honestidade de propósitos, a seriedade do eminente Sr. Superintendente da SUDAM como, também, o zelo, a dedicação do Sr. Ministro do Interior aos assuntos que se relacionam com a Amazônia.

Mas, as medidas solicitadas pelo Sr. Ministro às entidades creditícias mencionadas no seu relatório e que, segundo o ilustre Superintendente da SUDAM, já estariam sendo postas em prática, em verdade, até hoje, não chegaram à região amazônica.

Sr. Presidente, acabo de receber correspondência do Município de Itacoatiara, um dos mais atingidos pela calamidade, em que se traça o drástico relato de uma realidade e o desespero que reina naquela região. O missionário, após certas considerações a propósito do requerimento nº 294 de minha autoria, que deu motivo à resposta da SUDAM a que me referi de início tem as seguintes expressões que bem revelam a verdade e o desespero que paira sobre as populações daquele município. Diz esse ilustre brasileiro:

"Transcorridos meses, posso hoje informar que, dos governos Federal e Estadual, nenhuma assistência, até hoje, foi recebida pelos nossos agricultores e criadores."

O Banco do Brasil está fazendo o refinanciamento agrícola na base de cento e cinquenta cruzeiros novos por hectare, enquanto, no ano passado, a base era de NCr\$ 200,00.

Vem, de início, os Srs. Senadores, no ano passado, quando as condições eram normais, os financiamentos eram feitos à base de NCr\$ 200,00

por hectare. Na atual contingência, quando os juteiros perderam todo o fruto do seu trabalho, o Banco do Brasil, ao invés de elasticar esse financiamento, como pediu o Ministro do Interior, restringe, reduzindo a NCr\$ 150,00 por hectare. Continua a carta:

Para o agricultor, que ficou devendo, do ano passado, está exigindo avalista, muito embora já fiquem empenhados a sua produção e os seus haveres.

Vêm, portanto, os Srs. Senadores, que o Banco do Brasil não está fazendo propriamente financiamento, mas empréstimos à base de aval. (Lê)

Na situação difícil em que o Brasil se encontra, muito mais difícil é encontrar-se pessoas em condições de servirem de avalistas e assim o nosso homem rural está liquidando-se e liquidado pelas exigências da Diretoria do Banco do Brasil.

E, adiante, em outros tópicos, completa essa descrição dramática:

"O Banco do Brasil, quando procurado para empréstimos pecuniários, quase sempre justifica o esgotamento do limite de operação e o BASA, Banco da Amazônia, também, com a mesma alegação, faz o interessado esperar tempo angustiante e nem sempre é atendido. Sabemos, também, justificar que está esgotada a verba."

O que me parece, é não haver caráter humano na distribuição do valor a ser emprestado, pois, enquanto uma indústria de cereja do Para ou do Inferno, pode receber um financiamento do BASA de bilhões, de cruzados, dezenas de criadores estão na rua, a amargura angustiantes, de arranjar subsistência por falta de um financiamento de mil milhões de milhões de cruzeiros, já que o gado que escapou ou está escapando anca calcimbandando nos campos sem pasto.

Estas informações indimentáveis que presto ao ilustre Senador são de criadores mas retratam o panorama que enfrenta o nosso homem do interior.

Itacoatiara está morta, seu comércio agoniza em virtude ou em face de compromissos sem meios de resgate porque o povo não tem dinheiro nem trabalho. A crise se acentua dia a dia e a miséria aumenta."

E continua a falar de outros assuntos que não vem ao caso citar. Vêm, portanto, os Srs. Senadores, que, enquanto a Superintendência da SUDAM informa que providências de assistência ao homem do interior teriam sido tomadas, através de solicitação do Ministro Albuquerque Lima, vem um respeitável homem do Município de Itacoatiara apresentar, por meu intermédio, um relato a esta Casa de que nada, até hoje, que represente providência governamental, chegou ao interior do Amazonas para socorrer as populações atingidas, cujo trabalho na pecuária ou na agricultura foi completamente destruído.

Assim, Sr. Presidente, Srs. Senadores, quero transmitir ao Ministro Albuquerque Lima, que se tem mostrado tão interessado pelo assunto do Amazonas, esse relato fiel do que vem ocorrendo, a fim de que S. Ex.<sup>a</sup> renove a sua ação e, com a sua energia, faça com que, realmente, os órgãos atuantes no Amazonas prestem a assistência a que estão obrigados.

Tem o aparte o nobre colega Adalberto Sena. Ao ouvir a leitura da carta que lhe escreveu um homem que, naturalmente, vive e está sofrendo dentro daquela parcela da região amazônica, aviva-se em mim

a impressão do que venho imaginando e, algum dia, direi desta tribuna: o sofrimento e as perspectivas da Amazônia, estão, apenas, servindo de temas para literatura. Se no caso de emergência as coisas estão assim se configurando, que podemos esperar da execução desses planejamentos a prazo, mais ou menos, indeterminado?

O SR. EDMUNDO LEVI — V. Ex.<sup>a</sup> levanta dúvida igual à que me vem dominando e já revelada por mim, desta tribuna.

A Amazônia está atualmente, talvez mais do que em qualquer outra época, servindo de tema para literatura, da pior, entretanto, que é a oficial.

Enquanto a exploraram homens de vocação literária, descrevendo-a nos seus dramas e aspectos sociais, econômicos e fisiográficos, podíamos deliciar-nos com o encantamento que nos proporcionavam e com as sugestões às soluções e providências que podiam ser adotadas.

O Governo, porém, quase monopolizou, hoje, a exploração da literatura amazônica, com temas de discussões, pronunciamentos e entrevistas.

Tomemos como exemplo a enchente do Amazonas que motivou comissões, viagens e verificações. De prático, porém, conforme ouvi das populações do Baixo Amazonas e, agora, estamos comprovando através desta carta — nada se fez. O homem do interior amazônico torna-se, cada vez mais, descrente dos governos, da ação governamental.

O Sr. Eurico Rezende — Permite V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

O SR. EDMUNDO LEVI — Com prazer, nobre Senador!

O Sr. Eurico Rezende — Confesso, estou estarelecido com V. Ex.<sup>a</sup> e também com a cativante assessoria do eminente Senador Adalberto Sena, quando um diz, e outro confirma, que o Governo tem realizado apenas literatura na Amazônia. Em primeiro lugar, esta declaração briga com a afirmativa de V. Ex.<sup>a</sup>, emitida aqui, durante o Governo do saudoso Presidente Castello Branco, rendendo homenagens à ação legislativa e à ação executiva do Governo de então, que instrumentalizou a Amazônia, através da SUDAM — lembro-me do discurso de V. Ex.<sup>a</sup> — e abriu uma nova era para aquela portentosa região brasileira. Em segundo lugar, se V. Ex.<sup>a</sup> examinar as estatísticas oficiais, chegará a esta conclusão: a renda per capita, na Amazônia, é maior do que a renda per capita no Espírito Santo. Então, se essa região não está satisfeita com os incentivos que está tendo, o Espírito Santo e o Estado do Rio trocam a sua situação pela da Amazônia!

O SR. ADALBERTO SENA — V. Ex.<sup>a</sup> fala — desculpe-me — na renda per capita; deveria falar, também, na despesa per capita!

O Sr. Eurico Rezende — Sim! Mas vamos por partes. E que, antes do Governo da Revolução, não se podia falar em renda per capita, só se podia falar em despesas per capita! Agora, já se fala, também, em renda per capita. É certo que se trata de renda per capita decorrente de investimentos públicos, mas essa renda caracteriza a presença maciça do Governo Federal, que está drenando grandes recursos para a Amazônia. Conheço, Srs. Senadores Edmundo Levi e Adalberto Sena, comerciantes, industriais e agricultores no meu Estado, que estão fazendo investimentos na Amazônia — fato nunca ocorrido nos governos anteriores, inclusive na ovela que V. Ex.<sup>a</sup>, mais do que defendiam, ordenavam nas Casas Legislativas. Acho, sinceramente, que é injusta muito grande não reconhecer que a revolução de marco prestou benefício jamais concedido por governo algum, no Império e na Repú-

blica, àquela afastada região brasileira.

O SR. EDMUNDO LEVI — No aparte do eminente Senador Eurico Rezende destaco um termo para depois, então, responder propriamente aquilo que constitui sua afirmação.

Disse o eminente Senador Eurico Rezende que eu e meus companheiros endeusávamos governantes. Creio que S. Ex.<sup>a</sup> usou uma expressão forte pelo arrebato de seu zelo na defesa do Governo. Mas S. Ex.<sup>a</sup> nunca viu aqui, em mim, endeusamento, como nunca viu qualquer combate sistemático a qualquer governante. Sempre primei por uma conduta retilínea, sem excessos, sem endeusar, porque não endeuso homem algum, mas também sem combater sistematicamente...

O Sr. Eurico Rezende — Quero pedir desculpas a V. Ex.<sup>a</sup> e ao Senador Adalberto Sena. Realmente, não devia ter usado essa frase. Usei-a de boa fé.

O SR. EDMUNDO LEVI — Por isso ressaltel...

O Sr. Eurico Rezende — Pedindo desculpas, vejo que alcancei o objetivo do equívoco. Isso quer dizer que os Governos anteriores não mereceram nenhuma referência elogiosa, porque nada fizeram pela Amazônia, nada! Desafio qualquer membro do Congresso Nacional a apontar um benefício sequer que Governos anteriores à Revolução hajam feito à Amazônia. Maléficos, muitos, porque deixaram ali vitiosamente e na força de uma impunidade renitente a sucessão de governos corruptos — uns corruptos e outros endiabrados. (Risos). De modo que peço desculpas a V. Ex.<sup>a</sup> por ter feito a increpação de endeusamento, mas prevalece o meu ponto de vista no sentido de que ambos praticaram uma grande injustiça. Não digo que estejam chorando de barriga cheia, mas chorando num regime de boa nutrição inicial. O Governo da revolução realizou-se, para a Amazônia, o que governo nenhum anterior fez, com prejuízo, inclusive, para a Região centro-sul, principalmente com relação aos Estados do Rio e Espírito Santo.

O SR. EDMUNDO LEVI — Não tenho compromisso para defender ou atacar governos anteriores na órbita federal. Na esfera estadual posso dizer a V. Ex.<sup>a</sup> que, de 54 até o começo de 1964, o Amazonas se reencontrou na sua administração, voltou à mentalidade administrativa iniciada pelo grande Eduardo Ribeiro, conhecido em minha terra como "O Pensador". De maneira que os governos estaduais, que alguns acusam de corruptos, foram os únicos que realizaram alguma coisa.

Nobre Senador Eurico Rezende, quando o Presidente Castello Branco esteve em Manaus, visitando várias obras, perguntava sempre ao Governador de então, aquele endemoniado a que V. Ex.<sup>a</sup> fez alusão: "Quem fez isto?" E o Governador, que não tinha argumentos, dizia: Foi um corrupto". Percorreu toda a cidade, apresentando obras de "corrupto". A própria entrada Manaus-Itacoatiara foi feita por governantes corruptos. Ao terminar sua visita, o Presidente Castello Branco perguntou, então, ao Governador que lá estava: "E o Sr. que fez?" E o governador respondeu: "Eu? Prandi os corruptos!"

O Sr. Eurico Rezende — Devo dizer a V. Ex.<sup>a</sup> que, quando falei em governantes endiabrados, endemoniados, não fiz referências ao Governador Arthur Reis, porque este, obviamente, foi recrutado pela revolução. E um Governador que não faz nada escaramuças no Pará, corrigindo no Amazonas.

O SR. EDMUNDO LEVI — No Pará, não. No Pará, houve um homem

sensato, que se chama Jarbas Passarinho.

O Sr. Desiré Guarani — Senador Edmundo Levi, com referência à declaração incisiva do nobre Senador Eurico Rezende, de que nenhum Governador tinha feito nada pela Amazônia...

O Sr. Eurico Rezende — Eu falo no sentido da emancipação da Amazônia. Alguma coisa a gente faz: nomeia-se uma professora, instala-se uma pequena usina de energia elétrica, paga-se um mês de vencimentos ao funcionalismo. Falo de medidas à altura das necessidades ergastulantes da Amazônia, angustiadas da Amazônia. Quanto à rotina, não! Todos eles cuidaram dela. Não os quero censurar também, porque a Amazônia, por si só, não tem recursos para enfrentar as grandes tarefas que a natureza a ela reservou, em matéria de Governo Federal. Agora, que houve corrupção na Amazônia houve, tanto no Estado do Amazonas como no Estado do Pará.

O SR. EDMUNDO LEVI — Foram os próprios Governadores da Amazônia que a mantiveram.

O Sr. Desiré Guarani — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte? (Assentimento do orador) — Continuando meu aparte, nobre Senador Edmundo Levi, desejo ressaltar certo aspecto do aparte do nobre Senador Eurico Rezende. Todas as medidas empolgantes da Amazônia foram tomadas pelos governos anteriores. O Art. 199 é da Constituição de 1946, e foi o primeiro passo gigantesco em favor da Amazônia, reservando 3% do Orçamento da União para aquela Região; toda a legislação de incentivos fiscais para

Amazônia é anterior à Revolução de março de 1964. Temos a Lei nº 4.063, que é de autoria do ex-Deputado Almino Afonso; a Lei número 4.139, que estabeleceu incentivos fiscais da SUDENE para a SUDAM é de autoria do ex-Deputado Wilson Calmon, filho do Estado do Espírito Santo. E já ressaltai aqui toda a legislação de incentivos fiscais da Amazônia é de iniciativa de parlamentares do Estado do Amazonas, e toda ela anterior à Revolução de 1964. Esta é o que fez, alterando a denominação de SPVEA para SUDAM foi apenas a codificação da legislação existente, e o que fez para pior, porque eliminou os benefícios da Lei nº 4.063-B, de autoria do ex-Deputado Almino Afonso, que dava isenção de imposto de renda para pessoas jurídicas que aproveitassem as matérias primas da região, como a juta, o pau-rosa, a madeira e a borracha. A industrialização desses produtos dava o benefício da isenção do Imposto de Renda para pessoas jurídicas, durante vinte anos, enquanto que a Lei de iniciativa do Poder Executivo, baixada em fins de 1966, que codificou a legislação existente para a Amazônia, reduziu essa isenção para até 1982. Então, a isenção ficou reduzida para 16 anos. Limitou, portanto, no tempo, quando anteriormente não era assim. Além disso, nobre Senador Edmundo Levi, a legislação do Banco da Amazônia foi simplesmente codificada. E tanto o Banco da Amazônia como a SUDAM, na legislação codificada, ficaram com 3% do imposto de toda a arrecadação tributária do País, que, pela primeira vez, em 1967, na proposta para 1968, deixou de constar no Orçamento, e para a execução do Plano da SPVEA consta 1% e não 3%. A Constituição de 1967 desvinculou a obrigatoriedade dos 3% que era a grande conquista da Amazônia. Agora, quanto à referência de que tem feito muito para a Amazônia, em prejuízo da região sul, eu ressalto mais um aspecto que já tenho repetido aqui: durante todos esses sete anos de funcionamento da SPVEA, as indústrias estabelecidas na área amazônica, como incentivos fiscais, receberam 150 bilhões

de cruzeiros, deduzidos do imposto de renda, em benefício daquela região. Enquanto isto, no dia 13 de junho de 1967, o Sr. Ministro da Fazenda baixou a Portaria de nº 271, que está dando à grande indústria do sul do país 300 bilhões, ou seja, o dobro do que toda a Amazônia recebeu até hoje.

O Sr. Eurico Pezende — Não poderei apreciar assim, em termos de catadupa, como foi o caso, o contra-aparte. Mas, a questão dos 3% da receita da União destinada à Amazônia, quer-me parecer que o próprio Senador Edmundo Levi fez discurso reclamatório nesta Casa, dizendo que era uma ficção; constava no Orçamento, mas não chega à Amazônia.

O SR. EDMUNDO LEVI — Não foi bem assim.

O Sr. Eurico Rezende — Mas foi bem parecido. Como V. Ex<sup>a</sup> expôs, houve, pelo menos semelhança.

O SR. EDMUNDO LEVI — Reclamei que o Governo não entregava o total constante do Orçamento.

O Sr. Eurico Rezende — Então, não adiantava nada. Tudo não é mais que literatura oficial. Antes, constava, porém o Governo não entregava. Logo, não houve benefício nenhum. Quanto ao restante do aparte, vou ter que examiná-lo, porque o Senador Desiré Guarani, com sua memória de Alcorão, citou várias leis e várias passagens. Mas, prometo a S. Ex<sup>a</sup>, que, parece, falou em guarani, porque não entendi, voltar ao assunto, para discutirmos, separando o joio do trigo, no aparte. Porque está nos dando, ao Espírito Santo e ao Rio de Janeiro, na região Centro-Sul, notícia que, pelo menos acho, não corresponde à realidade.

O Sr. Desiré Guarani — Está documentado em discurso que proferi anteriormente.

O Sr. Eurico Rezende — Não quero ver discurso, quero ver o grão dos fatos, o dinheiro deduzido a respeito do imposto de renda.

O Sr. Desiré Guarani — Ciei até sacos de grãos. Não imposto de renda, mas imposto de consumo.

O Sr. Eurico Rezende — Prometo estudar o seu aparte e dar uma resposta, porque é pensamento, mais do que pensamento, é compromisso do Governo Federal não deixar nenhuma acusação de injustiça ou desigualdade sem resposta, nesta Casa.

O SR. EDMUNDO LEVI — O aparte do nobre Senador Desiré Guarani responde, por metade, o que eu pretendia dizer ao eminente Senador Eurico Rezende.

O Sr. Desiré Guarani — Permite V. Ex<sup>a</sup> outro aparte?

O SR. EDMUNDO LEVI — Já concederei o aparte a V. Ex<sup>a</sup>. Entretanto, quando eu digo que aquele instrumental legal a que S. Ex<sup>a</sup> se refere constitui, hoje, uma peça de literatura, é justamente porque, quando votávamos aqui, completamente empolgados pela ideia de que teríamos uma legislação real, nas antecâmaras do governo elaborava-se a Constituição de 1967 que subtraiu da Amazônia aqueles 3% sobre os quais se baseia a lei que instituiu a SUDAM. Temos necessidade de reformular toda essa legislação a fim de que possamos ter uma legislação real, que não seja uma simples literatura de ficção.

Tem o aparte o nobre Senador Desiré Guarani.

O Sr. Desiré Guarani — Senador Edmundo Levi, numa espécie de complemento ao aparte anterior, desejo esclarecer um ponto que muito sensibilizou o nobre Senador Eurico Rezende, o qual enfatizou o fato de que a renda per capita na Amazônia é superior à do Espírito Santo e de outros Estados do País. Pela rememoração de dados estatísticos, não é a renda per capita que é superior à de

vários Estados, mas sim a arrecadação tributária per capita, especialmente no Estado do Amazonas, que é uma das primeiras do País — se não me engano está em 3.<sup>o</sup> ou 4.<sup>o</sup> lugar.

O Sr. Eurico Rezende — V. Ex<sup>a</sup> está sangrando em saúde. Eu ressaltei que a renda per capita realmente é a maior, mas em virtude de grandes investimentos públicos, V. Ex<sup>a</sup> tem que dividir o investimento público com a população e verificará, então, que a renda per capita é maior do que a de dezoito Estados da Federação.

O Sr. Desiré Guarani — Mas não é renda per capita — é arrecadação de impostos.

O Sr. Eurico Rezende — Não é arrecadação de impostos a que me refiro — a tônica são os grandes investimentos. A minha tese é demonstrar a ingratidão de V. Ex<sup>a</sup> para com o Governo Revolucionário. Como que se construiu uma prancha através da qual o Governo Federal tem drenado grandes recursos para a Amazônia. Em virtude desses investimentos públicos é que a renda per capita, na Amazônia, é uma das maiores do País. Quis demonstrar o gesto assistencial do Governo Federal para com a Amazônia. Não é uma renda per capita real — a real, a saudável é aquela determinada pela riqueza própria da região. Foram recursos extra-regionais que alcançaram a Amazônia. — Mas é renda per capita.

O Sr. Desiré Guarani — Insisto em que não. É arrecadação per capita. Estes dados não são recentes, são dados dos idos de 1954 ou 1955. Quando Secretário da Fazenda do Amazonas os utilizei. Aquela ocasião, chamei a atenção para o fato de que a arrecadação tributária, per capita, da Amazônia — impostos federais, estaduais e municipais — era superior à de quase todos os Estados do País, o que prova não só uma tremenda voracidade fiscal, especialmente no setor estadual, para arrecadar recursos ao seu serviço, como também o zelo dos contribuintes da região em satisfazer os seus impostos. A legislação é a mesma, mas o grau de riqueza é menor. A minha afirmação é baseada em conhecimento de causa; fui fiscal na região norte e na região sul; tenho experiência para declarar que, realmente, a sonegação fiscal no norte é muito menor do que no sul. Quanto ao volume de dinheiro dado à Amazônia, informo que, durante seis ou sete anos, o Governo Federal deu, na base de incentivo fiscal, 150 bilhões de cru e, no entanto, dá, todos os anos, para cobrir o déficit operacional da Rede Ferroviária Federal, o dobro — trezentos bilhões de cruzeiros — só para permitir frete menor para transportar maior produção agrícola e pecuária para os centros consumidores.

O SR. EDMUNDO LEVI — Estou muito grato à colaboração que trazem a este pronunciamento os eminentes Senadores Eurico Rezende e Desiré Guarani. Mas o Senador Eurico Rezende senão se atingido na sua gratidão ao Executivo quando criticamos os erros que o Governo comete. Sua Excelência, entretanto, deveria reconhecer que, muitas vezes, temos aqui louvado o Executivo quando pratica ações dignas de louvor. Neste instante, porém, critico o governo e aponto o erro da sua conduta no interior do Amazonas. Se o eminente Senador Eurico Rezende se dignasse percorrer qualquer área do interior da Amazônia veria o drama de miséria de fome, de abandono em que vivem aquelas populações.

Estou tratando, no momento do juiz, da luta e das mais penosas. Era reservada, na Índia, aos párias. O juiz trabalha dentro da água, vive dentro da água. Planta com todo o sacrifício e, inesperadamente, uma enchente avassaladora, destrói tudo.

Apela o governo, para os representantes que manda para o Congresso e o governo informa que providências foram determinadas. Ao fim de três, quatro meses nada se fez em benefício daquelas populações que tiveram os seus juteais e o seu criatório completamente destruídos.

Dai, Sr. Senador Eurico Rezende, dizer a V. Ex<sup>a</sup> que toda vez que o Governo praticar um ato real, construtivo, que venha auxiliar, amparar aquela gente sofrida do interior do Amazonas, eu estarei aqui para bater palmas. Entretanto, com a mesma sinceridade e com a mesma lealdade crítica a inação, até agora evidenciada, no que se refere ao drama da enchente do Rio Amazonas.

Não há propósito de denegrir, nem de colocar mal o Governo perante a opinião pública do meu Estado. Ao contrário, quero com isso acicatar os órgãos governamentais para que cumpram o seu dever e não se deixem enganar, por falsas informações ou raios prestem, dando em consequência que o povo continua abandonado.

Se houve corrupção, se houve abandono nos governos anteriores, o procedimento atual é o mesmo porque os governantes, os responsáveis pelos setores que agem no Amazonas, talvez estejam sendo iludidos pelos mesmos homens, pelos mesmos informantes que iludiam aqueles que tiveram responsabilidade nos governos anteriores.

O que se quer do Governo são providências efetivas, que mande verificar o que realmente ocorre no Banco do Brasil e no Banco do Amazonas, que não tomaram as providências recomendadas pelo Ministro do Interior, a fim de que, com base na exatidão, faça com que esses organismos de ação regional passem a agir como devem, segundo a intenção, a filosofia do Governo, como cita o memorial, para que as populações não permaneçam no desespero, abandonadas e desassistidas no seu labor diário.

E' o apelo que transmito a Vossa Excelência, como representante do Governo, nesta Casa, para que o Senhor Ministro do Interior reveja a sua posição relativamente à enchente da Amazônia e tome as providências que julgar acertadas para socorrer as populações.

O Sr. Eurico Rezende — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

O SR. EDMUNDO LEVI — Com prazer.

O Sr. Eurico Rezende — Parece que V. Ex<sup>a</sup> declarou que esse problema foi debatido e providências solicitadas há cinco ou seis meses. Não lhe parece estranhável possa uma delonga de cinco meses ser tachada de desídia governamental, mormente numa região como a Amazônia, saqueada pela corrupção governamental passada?

O SR. EDMUNDO LEVI — A corrupção é o tema preferido de Vossa Excelência.

O Sr. Eurico Rezende — Se o argumento é que já decorreu um semestre e as providências ainda não evidenciaram eficiência, não me parece que V. Ex<sup>a</sup> esteja causando estupefação. Está, sim, demonstrando impaciência. Isto não chega a ser crítica ao Governo, mas impaciência. Uma enchente na Amazônia deve ser coisa muito séria. Não há Governo que faça parar uma enchente. Assim V. Ex<sup>a</sup> está acusando o Governo de não ser teoureira de rio, de não ter agarrado ou de não querer agarrar o Rio Amazonas!...

O SR. EDMUNDO LEVI — Vossa Excelência está desvirtuando meu pensamento. Na cativante forma por que o nobre colega me trata, suponho que não me tenha na conta de nenhum idiota. Não poderia pretender que o Governo parasse a enchente do Rio Amazonas.



O Sr. Eurico Rezende — Vossa Excelência falou em enchente.

O SR. EDMUNDO LEVI — Falei nas consequências da enchente. Nunca poderia pretender que o Governo parasse a enchente. O que pretendo — e peço — é que o Governo adote providências para socorrer às populações que tiveram destruídos os seus juleis, criatórios, etc.

O Sr. Eurico Rezende — Sim, mas em seis meses não se fez isso!

O SR. EDMUNDO LEVI — É muito tempo, Excelência!

O Sr. Eurico Rezende — Naturalmente o Governo e a Prefeitura não têm informação. Entretanto, há muito tempo não vai a Manaus.

O SR. EDMUNDO LEVI — Não! Vou sempre. Acabo de chegar do Rio Amazonas, onde, inclusive, tomei conhecimento da preocupação do comandante prefeito daquela região.

Vou relatar o trecho da informação do Superintendente do SUDAM. Não estou acusando esta autoridade nem o Ministro do Interior. Ao contrário, estou louvando a ação do Sr. Ex. Contato, acho que estão sendo enganados. No relatório, após reproduzir o pedido de informações que apresentei nesta Casa, a 23 de março, se não me enganar, diz o Sr. Superintendente do SUDAM:

"Cumpra-nos informar, sobre o assunto, que tão logo tomamos conhecimento da gravidade do problema, dirigimo-nos pessoalmente..."

Quem fala é o Superintendente, a quem falo já, preocupado com o problema; não estou aqui para cometer injustiça, mas para ajudá-lo a encontrar uma solução.

... Ao Exmo. Senhor Ministro do Interior, General Manoel Augusto de Albuquerque Lima, a quem apresentei a situação dos municípios e criatórios afetados pela enchente e do "Rio-Ita".

Vou V. Ex., agora, o que S. Ex. informou:

"Sua Excelência, imbuído da responsabilidade e do patriotismo que constituem a missão do Governador do Estado, solicitou ao presidente do Banco do Brasil S.A. o refinanciamento, antecipadamente, em número de operações para empréstimo direto das esferas, a aplicação do limite de penhor e concessão de maior elasticidade nas operações de crédito, visando, com essas medidas excepcionais, socorrer os produtores de jule e criatórios regionais."

E acrescenta:

"O Banco do Brasil S.A. já está adotando essas providências, juntamente com o Banco da Amazônia S.A., visando a esta emergência para levar os recursos financeiros indispensáveis ao equilíbrio da economia regional, atenuando um dos seus maiores problemas."

É o que está reclamando, apenas, pois o Ministro informou, através do SUDAM, que os bancos, cases orçamentários, estão tomando as providências solicitadas para socorrer as populações.

O Sr. Eurico Rezende — E não está tomando providências?

O SR. EDMUNDO LEVI — Segundo acaba de dizer...

O Sr. Eurico Rezende — Certo de quem?

O SR. EDMUNDO LEVI — De um vereador eminente, de Itacoatiara, e illustre homem de negócios...

O Sr. Eurico Rezende — Pode ter acontecido que, em Itacoatiara, não

tenha chegado ainda a ação creditícia assistencial do Banco da Amazônia e do Banco do Brasil. Fode-se uma exceção. O problema é de enviguação. Se há uma enchente amazônica...

O SR. EDMUNDO LEVI — Essa é a região particularmente afetada. Itacoatiara, Parintins, Manacapuru, zona onde se fazem grandes plantações de juta, onde há grandes juteiros, foram drasticamente atingidas. Parintins, por exemplo, possui o maior rebanho do Estado.

O Sr. Eurico Rezende — Permite levar o pronunciamento de Vossa Excelência e o relatório das operações aos órgãos competentes, principalmente ao Banco da Amazônia e, oportunamente, informar o Sr. Ex. Contato. Tenho a impressão de que, através da comissão do resgate da manifestação de V. Ex., vou demonstrar que, pelo menos, alguma coisa se fez a respeito da informação que o Rio Amazonas levou aos plantadores de juta do seu Estado.

O SR. EDMUNDO LEVI — Espero, realmente, que V. Ex. traga uma informação positiva, aliviadora.

O Sr. Eurico Rezende — Não posso trazer uma assistência como se fosse dos Estados Unidos da América do Norte, uma assistência em dólares; mas uma assistência em cruzeiros, isso vou ter a seu favor.

O SR. EDMUNDO LEVI — Se Vossa Excelência trouxer cruzeiros, nas quantidades necessárias, lá não preferimos o dólar, o cruzeiro, de preferência, o cruzeiro. Somos integrados, realmente, no Brasil.

Vou dar ciência à Casa de telegrama que eu e o eminente Senador Deodoro Guimarães receberam do Chefe da Casa Civil do Governador do Amazonas, diante da avalanche de pedidos que vêm do Interior em busca do auxílio prometido. (Lê):

"Permito-me solicitar a Vossa Excelência a especial fineza de informar a pedido do Governo quanto ao assunto da ajuda financeira federal às vítimas das enchentes do nosso Estado. Atenciosas saudações. — (Ass.) João de Deus Silva, Chefe da Casa Civil do Governador do Estado do Amazonas."

Não estou criando, imaginando, inventando. Estou apenas transmitindo ao Governo Federal o drama daqueles povos, para que, através das repartições competentes, possa socorrê-los.

O Sr. Eurico Rezende — Vossa Excelência está cumprindo seu dever.

O SR. EDMUNDO LEVI — Agora vou falar de V. Ex. e, sobretudo, de quem, de agora em diante, o Amazonas terá mais um ardoroso defensor, mais um amigo e veemente advogado. (Muito bem. Muito bem)

O SR. GILBERTO MARINHO:

(Gilberto Marinho) — Tem a honra o Sr. Senador Clodomir Costa.

O SR. CLODOMIR COSTA:

(Lê o seguinte despacho) — Senhor Presidente, Sr. Senador, há poucos dias escrevi para os jornais de minha terra um artigo, sob o título "Eleições municipais", no qual procurei analisar, em face da Constituição, a situação dos municípios brasileiros, no que diz respeito aos mandatos dos prefeitos, vice-prefeitos e vereadores, cujo término não está pacificamente determinado, tendo-se em vista disposições de Ato Complementar que muitos consideram válidos, mesmo depois de promulgada a Lei Maior, e interpretações descontraídas do texto constitucional que levariam a julgamentos contraditórios sobre a data em que se deveriam realizar os pleitos municipais em nosso país.

Entendo que a nós, políticos, cabe a iniciativa de abordar o problema, pelo menos, para focalizá-lo e realçar-lhe a importância, dando a nossa colaboração para que se dissipem as dúvidas, acerca existentes, e se possa seja pelo apelo ao Judiciário, seja mesmo, se for o caso, pela intervenção do próprio Legislativo, examinar os diversos aspectos da questão e decidir sobre a solução mais adequada a adotar, na emergência.

Dei o meu parecer relativo a tratar de matéria tão relevante ao Senado da República, certo de que, com a ajuda dos eminentes membros da Casa dos Senhores Deputados e do Senado, o problema do pleito municipal, que põe em jogo a segurança dos municípios, será resolvido em tempo hábil e de modo que não haja prejuízo para os municípios e seus cidadãos. (Muito bem. Muito bem.)

Percebo, porém, que tenho muito a falar a respeito, mas não posso, por motivos, muitas vezes, com mais autoridade, defendendo o meu ponto de vista, que poderia aderir se me convencer de que a verdadeira intenção do Sr. Ex. Contato é a que proponho, considerando que, de uma vez por todas, se estabelece o modo e o tempo em que, dentro do processo democrático, se renovam os mandatos eletivos municipais.

A primeira coisa a fazer é que, a partir da Emenda Constitucional nº 9, de 22 de julho de 1954, que reduziu para quatro anos o mandato do Presidente e do Vice-Presidente da República, os prefeitos e vice-prefeitos passaram a ser eleger por quatro anos apenas, porque mantido estava o dispositivo da Constituição de 1934 que estabelecia a "temporiedade das funções eletivas, limitada a duração destas à das funções federais correspondentes" (art. 7º — nº VII — letra c.).

Como se isso não bastasse, a Emenda Constitucional nº 13, que as Assembleias Legislativas e câmaras municipais passaram a ser eleger por quatro anos, para tornar obrigatória a renovação de um terço dos membros em cada sessão ordinária.

Assim, os prefeitos que se elegeram a 3 de outubro de 1956, deverão exercer o mandato por quatro anos e que significava, nos seus municípios, o novo pleito deveria ser realizado em 1960, mas que a posse dos seus sucessores pudesse ter lugar a 31 de janeiro de 1970.

Nos Estados, porém, em que a duração dos mandatos dos prefeitos foi fixada de quatro anos, a eleição se realizou em 1956, a 15 de novembro, e nesses municípios, a sucessão só se daria em 1971, depois do pleito de 1970.

Por conseguinte, por força do disposto nas Emendas Constitucionais nºs 9 e 13 e na emenda do texto que prescrevia a "Constituição de 1934, etc. se poderia concluir na interpretação de que os mandatos dos prefeitos não poderiam ser renovados no tempo, ao de Presidente da República, desapareceria a desigualdade, antes existente, na duração do período governamental, nos municípios. Todos, quer os eleitos em 1956, quer os de 1960, não poderiam renovar as suas funções por mais de quatro anos.

Concluiu, porém, que a "renovação" dos mandatos na Constituição de 1934 é repetida na Carta de 1957, no "término" da função, para "mandatos eletivos", a expressão "funções eletivas" da anterior.

A mesma Emenda Constitucional nº 13 fixou em quatro anos o mandato dos governadores, mas ressalvou que os eleitos a 3 de outubro de 1956, e 11 Estados — governaram até 15 de março de 1971, o que foi, por outras palavras, confirmado pela Carta Magna de 1967, ao estabelecer que as primeiras eleições de Governadores

se realizarão a 15 de novembro de 1971.

Como se viu, para os prefeitos, não houve qualquer exceção, no que tange à duração dos seus mandatos.

Mas, pode-se admitir como transição a realização de pleitos municipais em 1963 e 1970, conforme se trata da sucessão dos eleitos em 1956 e 1960?

Não. Por quê?

A Constituição promulgada a 24 de janeiro de 1957 estabeleceu que a autonomia municipal será assegurada.

I — pelo pleito direto do cidadão, a eleição dos prefeitos e vice-prefeitos, e a eleição dos vereadores e vice-vereadores, e a eleição dos membros das câmaras municipais para o governador, o chefe dos Deputados e Assembleias Legislativas (art. 10).

II — no art. 17, estatui clara e inequivocamente:

A primeira eleição geral de prefeitos e a eleição dos vereadores e vice-vereadores, e a eleição dos membros das câmaras municipais, para o governador, o chefe dos Deputados e Assembleias Legislativas (art. 10).

Quando considerar a situação dos pleitos eleitos em 1956 em face da Emenda Constitucional nº 13.

O art. 1º do Ato Complementar nº 20, de 16 de janeiro de 1957 prescreve:

"Os Prefeitos ou Vice-Prefeitos eleitos por voto direto, anteriormente à Emenda Constitucional nº 13, que altera a duração dos seus mandatos, deverão ser eleitos em 1960, com os períodos anteriormente fixados em lei estadual."

Esse dispositivo teria força bastante para determinar, inclusive, o que a Constituição, promulgada a 24 de janeiro de 1957, estabeleceu de maneira definitiva.

A resposta só pode ser negativa.

A Casa Legislativa não repudia o texto do Ato Complementar nº 20, que prescreve, no art. 1º, o que se pode ler: "os prefeitos e vice-prefeitos eleitos anteriormente à Emenda Constitucional nº 13, que altera a duração dos seus mandatos, deverão ser eleitos em 1960, com os períodos anteriormente fixados em lei estadual."

Sua instituição enumerar todas as matérias, entre, dispostas nos Ato Complementares e Complementares, e não incorporadas ao texto constitucional. Vale recordar, por exemplo, o projeto de Emenda ao Projeto de Lei nº 10, de 1956, que altera a duração dos mandatos dos prefeitos e vice-prefeitos, em número de 20, votados pelo Congresso.

Sua instituição enumerar todas as matérias, entre, dispostas nos Ato Complementares e Complementares, e não incorporadas ao texto constitucional. Vale recordar, por exemplo, o projeto de Emenda ao Projeto de Lei nº 10, de 1956, que altera a duração dos mandatos dos prefeitos e vice-prefeitos, em número de 20, votados pelo Congresso.

Sua instituição enumerar todas as matérias, entre, dispostas nos Ato Complementares e Complementares, e não incorporadas ao texto constitucional. Vale recordar, por exemplo, o projeto de Emenda ao Projeto de Lei nº 10, de 1956, que altera a duração dos mandatos dos prefeitos e vice-prefeitos, em número de 20, votados pelo Congresso.

É, portanto, pacífico que o que a Constituição quis fixar como definitivo e básico em nosso sistema, fez incorporar ao seu texto, nos termos e na forma julgados mais convenientes pelos senhores congressistas.

Veja-se, por exemplo, o que diz o art. 1.º do Ato Complementar número 37, de 14 de março de 1967:

"Os mandatos eletivos municipais, em fase de conclusão, ficam prorrogados até 31 de janeiro de 1969, devendo as respectivas eleições realizarem-se a 15 de novembro de 1968."

Ora, a esse tempo já estava promulgada a Constituição de 1967. E estabelecido, fora na Lei Magna que as eleições municipais se realizariam dois anos antes das eleições gerais para Governador, como também determinava para a data do primeiro pleito para Governador: 15 de novembro de 1970. Logo, como nenhuma outra eleição municipal poderia ter lugar antes de 15 de novembro de 1968, o Ato apenas resolveu uma situação de fato, qual fosse, a permanência nos postos de governo, nos municípios, dos prefeitos cujos mandatos estavam em fase de conclusão.

Já não se pode aceitar, como válido, o que dispõe o art. 2.º do mesmo Ato Complementar, quando estabelece que "a coincidência geral das eleições municipais, na forma prevista na Constituição a entrar em vigor, operar-se-á a 5 de novembro de 1972", visto como, àquela altura, era defeso ao Poder Executivo regulamentar, através de Ato, preceitos constitucionais, principalmente se se considerava que a Constituição entraria em vigor no dia seguinte, promulgada que já estava desde 24 de janeiro.

Não seria fora de propósito, aqui, a citação de um outro artigo do mesmo Ato Complementar nº 37, o artigo 3.º, que manda que "as Constituições estaduais deverão observar o calendário fixado neste ato", quando não se encontra qualquer calendário referido ou mencionado nesse Ato nº 37!

E, voltando, já agora, aos mandatos dos prefeitos eleitos em 1966, não lhes socorreria qualquer dispositivo dos Atos Institucionais ou Complementares, sob a invocação do art. 173 da Constituição, eis que, ali, se diz apenas que "ficam aprovados e excluídos de apreciação judicial os atos praticados":

I — Pelo Governo Federal, com base nos Atos Institucionais número 1, de 9 de abril de 1964; nº 2, de 27 de outubro de 1965; nº 3, de 5 de fevereiro de 1966; e nº 4, de 6 de dezembro de 1966, e nos Atos Complementares dos mesmos Atos Institucionais; e, ainda, "os atos de natureza legislativa expedidos com base nos Atos Institucionais e Complementares referidos no item I."

Não teria havido aqui qualquer ato praticado com base nos Atos Institucionais ou Complementares, nem executivo nem de natureza legislativa, assegurando mandatos de prefeitos. Houve, sim, um Ato Complementar que perdeu a eficácia depois que entrou em vigor a Constituição que estabeleceu normas diferentes para a execução do princípio da autonomia municipal, definido e regulado na própria Lei Básica.

Assim, os prefeitos eleitos em 1965 terminaram o seu mandato a 31 de janeiro de 1969 devendo realizar-se a eleição para escolha dos seus sucessores a 15 de novembro de 1968, como está expresso na Constituição.

Impõe-se, agora, o exame da situação dos prefeitos e vereadores eleitos a 15 de novembro de 1966, em cujo favor estaria sendo alegada a ressal-

va contida no art. 176 da Constituição:

"É respeitado o mandato em curso dos Prefeitos cuja investidura deixará de ser eletiva por força desta Constituição, e, nas mesmas condições, o dos eleitos em 15 de novembro de 1966."

Com efeito, a Constituição estabeleceu — art. 16, § 1.º — que serão nomeados pelo Governador, com prévia aprovação da Assembleia Legislativa, ou do Presidente da República, os Prefeitos das Capitais dos Estados e dos Municípios considerados estâncias hidrominerais em lei estadual, bem como os Prefeitos dos municípios declarados de interesse da segurança nacional, por lei de iniciativa do Poder Executivo. E, logo, ressalvou, nas suas Disposições Gerais e Transições, que seria respeitado o mandato dos Prefeitos cuja investidura deixaria de ser eletiva, abrangendo, na exceção, os casos correntes como se vai demonstrar.

Permitiu a Lei Maior que os prefeitos com mandato em curso, os das Capitais e estâncias hidrominerais (não há município, atualmente, declarado de interesse da segurança nacional) o exercessem até o seu término normal, quando, então, seriam substituídos, não por prefeitos eleitos, mas por delegados da confiança do Governador. E, ainda, concedeu igual permissão aos Prefeitos eleitos a 25 de novembro de 1966 que ainda não tivessem tomado posse. Quando a Constituição usa a expressão "nas mesmas condições" está significando que o dispositivo seja na parte inicial, seja na parte final, se refere aos prefeitos das Capitais e das estâncias hidrominerais.

Uns estavam com o mandato em curso; os outros, eleitos em 15 de novembro de 1966, não o tinham iniciado ainda quando foi promulgada a Constituição, isto é, a 24 de janeiro de 1967. Daí a necessidade da discriminação.

Poder-se-ia alegar que não houve eleição para Prefeitos da Capital a 15 de novembro de 1966 nas que podem considerar-se estâncias hidrominerais (Minas Gerais, por exemplo) elegeram naquela data os seus prefeitos que só tomariam posse a 31 de janeiro de 1967 ou em data posterior?

Portanto, a exceção do art. 176 da Constituição não beneficia a todos os Prefeitos, eleitos em 15 de novembro de 1966, mas apenas aqueles que, por força de dispositivo expresso da Lei Magna, não serão substituídos mais por eleição, ou seja, Prefeitos cuja investidura deixará de ser eletiva.

Não fora essa a interpretação correta e se estaria a enfrentar situações esdrúxulas e anômalas. Os eleitos depois de 15 de novembro de 1966 — Sergipe, por exemplo — não estariam incluídos na ressalva constitucional, o que seria um absurdo.

O Sr. Aurão Steinbruch — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. CLODOMIR MILET — Pois não.

O Sr. Aurão Steinbruch — V. Excelência está tratando de assunto de mais alta importância e de grande atualidade, que precisa ser considerado, apreciado e resolvido. Os prefeitos não sabem o que fazer. Os Partidos também não sabem o que vão fazer no ano que vem. Existe, aliás, uma provocação da parte interessada — o Tribunal Superior Eleitoral — que deveria resolver o assunto, pois a expectativa é geral. Percorri o Estado do Rio quando, então, os prefeitos me pediam informações sobre se teriam os seus mandatos terminados o ano que vem ou se teriam de deixar as suas prefeituras. De modo que me congratulo com

V. Exa. por tratar de assunto tão importante.

O SR. CLODOMIR MILET — Agradeço a V. Exa. o seu aparte. Há, de fato, no Tribunal Superior Eleitoral, diversas consultas, inclusive uma do Estado de V. Exa., no sentido de se saber o que fazer com a sucessão dos prefeitos municipais, não só os eleitos em 1965 como também os eleitos em 1966.

A expectativa é, como disse V. Excelência, geral e de todo mundo. Por isso, considerando, justamente, essa necessidade é que provocamos o problema para que encontremos a sua solução. Trouxe, portanto, ao conhecimento do Senado a matéria ora em discussão, com este objetivo.

O Sr. Eurico Rezende — Permite V. Exa. um aparte? (Assentimento do orador) — V. Exa. está prestando ampla colaboração ao Tribunal se tratar de matéria nova e de grande repercussão política, que determinará largas tarefas para a Justiça Eleitoral, é que o pronunciamento de V. Exa. um expert...

O SR. CLODOMIR MILET — Bondade de V. Exa.

O Sr. Eurico Rezende — ... um colêgato em matéria eleitoral, naturalmente, merecerá a atenção do Tribunal Superior Eleitoral e será recebido como um instrumento eficaz de colaboração. V. Exa. trata deste assunto com seriedade, com conhecimento de causa e com estímulo à nossa Corte especializada, a fim de que lhe ofereça um desate a questão, realmente tem colocado a política brasileira mormente a política interiorana, em regime de perplexidade, sem saber o que fazer. Assim, louvar a iniciativa de V. Exa. visto que, realmente, representa subsídios valiosos no instante em que o Egrégio Tribunal Superior Eleitoral irá dar a sua palavra definitiva em torno do assunto.

O SR. CLODOMIR MILET — Nobre Líder, além de estar, com este discurso, provocando o acionamento da solução da questão no Tribunal Superior Eleitoral, eu me permito, ainda, lembrar a possibilidade — e direi isso no final do meu discurso — de se regulamentarem dispositivos constitucionais de interpretação controversa da Constituição, através de lei complementar.

Por isso, chamo a atenção dos eminentes constitucionalistas e juristas desta Casa, porque, talvez, fosse o caso de numa lei complementar definirmos o que a Constituição quis afirmar em relação seja à nomeação de prefeitos da capital, seja à duração dos mandatos, seja, enfim, até às datas fixadas para as eleições de governadores, em 1971.

O Sr. Teotônio Vilela — V. Excelência permite um aparte?

O SR. CLODOMIR MILET — Pois não.

O Sr. Teotônio Vilela — V. Excelência acaba de citar a Constituição que regula "X" e citou os atos que regulam "Y". Então, acho que o fundamental é sabermos se a Constituição está em vigor ou se está em vigor os Ato. V. Exa. deu uma interpretação legítima, um roteiro legítimo, mas nós queremos saber, sobretudo, hoje, dentro desta País onde estamos e através de que elementos jurídicos é que temos de andar. A balbúrdia no interior, a respeito de mandatos de Prefeito, é qualquer coisa de aflitivo. Há uma preocupação imensa, neste País, sobre a contenção da inflação — que não se fez — a contenção disto e daquilo — que não se fez. Sou membro da ARENA e posso falar nestes termos, porque advogo eleições diretas e uma série de princípios desde a minha vida de estudante. O discurso de V.

Exa. está provocando, hoje, não apenas do ponto de vista eleitoral mas do ponto de vista da segurança nacional, uma determinação: o que se deve fazer? Temos uma imensidão de premissas e nenhuma conclusão. Vamos ver se chegamos a uma conclusão a respeito de alguma coisa! E o discurso de V. Exa. focaliza problema que está tumultuando todo o interior. Não sabemos se os eleitos em 1965, com mandato de quatro anos, têm o seu mandato assegurado pelos Ato, regulado pelos Ato, ou se ficarão regidos pelos termos da Constituição de 1967; ou, então, terão que terminar, daqui a mais um ano, o seu mandato popular. Vamos ver se a Justiça, o outro Poder nessa irmão, toma a deliberação de agir. Este o meu elogio à provocação que ora V. Exa. está fazendo — não a provocação como se entende popular, mas uma provocação legislativa.

O SR. CLODOMIR MILET — Muito agradecido a V. Exa.

Na minha opinião, os Ato, desde 15 de março de 1967, os Ato perderam toda a eficácia, principalmente o ato baixado na época de entrar em vigor esta Constituição, já promulgada a 24 de janeiro, por conseguinte mais de um mês antes, e que regulamentava esta própria Constituição que já entrava em vigor no dia seguinte. Portanto, o bom senso está indicando que este ato não tem qualquer valimento. Como foi com base neste ato que se armou a confusão, temos de precaver alguém, seja o Poder Legislativo, através da lei complementar, seja o Poder Judiciário — Tribunal Superior — que já está sendo provocado sobre a matéria, para que se definam as coisas e saibamos, afinal, até quando irão os mandatos dos prefeitos eleitos em 1966.

O Sr. Teotônio Vilela — Aqui ao lado se encontra o nobre Senador Aurão Steinbruch que, ainda ontem, discutindo sobre o problema de bom senso, e lendo o "Discurso sobre o Método", nos afirma há excesso de bom senso em cada um de nós.

O SR. CLODOMIR MILET — Muito obrigado a V. Exa. (Lenda). A exceção constitucional beneficia apenas aos prefeitos. Nenhuma palavra sobre vice-prefeitos. E o dispositivo da Constituição que regula e disciplina a autonomia municipal dos prefeitos e vice-prefeitos que se regem pelas regras para governador. Por isso, porém, dos municípios em que não vai haver mais eleição para prefeito, não se fala na nomeação do prefeito do substituto do prefeito. Portanto, nestes municípios, fossem os prefeitos com mandato em curso, fossem os que não haviam ainda tomado posse na data da promulgação da Constituição, todos tiveram até o fim do mandato, e com eles, como é óbvio, os vice-prefeitos.

A não ser assim, estaria-se renegando o mandato dos prefeitos mas considerando-se substituídos por eleição, em 1968, os vice-prefeitos. Em 15 de novembro de 1966, não estariam presentes no exercício constitucional. Evidentemente, põe-se em dúvida se os prefeitos não devam continuar nos seus postos, fazendo-se a eleição em 1968, para os prefeitos e governadores seria um contrassenso e um absurdo.

Não tenho, portanto, dúvida em manter o meu ponto de vista: as eleições municipais se realizarão em 1968, a 15 de novembro de 1968.

Restaria o exame de um argumento ponderável em prol da tese de que deveriam ser respeitados até final os mandatos dos atuais prefeitos. E a alteração de que não se pode reduzir? A Constituição. E esta, no todo. Uma vez que não abriu a exceção, não ressalvou qualquer

situação, o que vale, para todos, é a regra por ela instituída. A lei é que não pode prorrogar mandatos. Muito menos, reduzi-los. Se, porém, a Constituição assim o estabeleceu expressamente, sem admitir exceções, a não ser no caso que especifica — prefeitos de capitais e estâncias hidrominerais — as eleições terão de se realizar, em todo o país, dois anos antes do pleito já marcado, pela própria Constituição, para Governador, ou seja a 15 de novembro de 1968.

E se assim é, que esperam os Partidos Políticos? E' preciso que cada um arregimente as suas forças e se prepare para o embate do ano próximo.

Quero crer que, ao trazer para o Senado, a questão que, de maneira tão sucinta, acabo de abordar, dei a minha contribuição ao exame de matéria da mais alta importância e que diz respeito à própria vida institucional do país.

Parta, daqui o apelo para que o Tribunal Superior Eleitoral adote as providências para que se execute o que está estabelecido na Constituição e decida sobre o entendimento correto a ser dado ao incriminado texto da Lei Maior. Que se manifestem os constitucionalistas e juristas desta Casa e examinem a possibilidade, inclusive, de se regular a matéria, em definitivo, através de uma lei complementar.

Que se faça qualquer coisa, é o que os municípios esperam.

Concluindo, Sr. Presidente, volto a repetir que não sou intransigente nos meus pontos de vista. Se me convencer de que estou errado, proclamarei imediatamente. O que desejo é que se chegue a uma conclusão, no particular. Em benefício dos próprios municípios, é preciso que os prefeitos atuais saibam, pelo menos, quanto tempo ainda terão de mandato.

No meu entender, insisto, as eleições municipais se realizarão a 15 de novembro de 1968. Se, porém, prevalecer o que está nos Ato, uma coisa é certa: — Os eleitos em 1965, terão o seu mandato até 31 de janeiro de 1970 e os de 1966, irão até 1971. As eleições, no primeiro caso, se realizariam em 1969, e no segundo, em 1970. Nunca se poderia aceitar uma eleição única, para os dois casos, em 1970. Estar-se-ia, assim, prorrogando os mandatos dos eleitos em 1965 — mandatos de 4 anos — o que não seria permitido pela Constituição nem foi autorizado pelo Ato Complementar nº 33.

E os eleitos, em 1969 ou 1970, teriam, então, um mandato, apenas de 3 ou de 2 anos, porque em 1972 a eleição seria feita para todos os municípios do país.

Que se pronuncie o Tribunal Superior Eleitoral, é o que pedem e esperam os prefeitos, vice-prefeitos e vereadores de todo o país ou que se culde de elaborar uma lei complementar para regulamentar a matéria, se for o caso. (Muito bem. Muito bem. Palmas.)

#### COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

Flavio Brito  
Moura Palha  
Sebastião Archer  
Petrônio Portela  
Dinarte Mariz  
Teotônio Vilela  
Raul Guberti  
Linto de Mattos  
Moura Andrade  
José Feliciano  
Fernando Corrêa  
Bezerra Neto  
Guilherme Mondim (13).

#### O SR. PRESIDENTE:

(Edmundo Levi) — Sobre a mesa requerimento que será lido pelo Sr. Secretário.

E' lido o seguinte

#### REQUERIMENTO Nº 811, de 1967

Senhor Presidente:

O País recebeu com funda consideração a notícia do falecimento do ex-Senador e Ministro de Estado, Napoleão de Alencastro Guimarães, que deixou nesta Casa uma luminosa tradição de operosidade, de altíssima moral e devotamento às instituições parlamentares, no exercício do Ministério do Trabalho e de outros altos e numerosos postos e funções de relevo em nossa vida pública, o renome de um excepcional dinamismo construtivo e de admirável competência técnica.

Por esse motivo, venho requerer, nos termos do art. 214,2, do Regimento Interno, voto de pesar por esse doloroso acontecimento.

Sala das Sessões, 22 de setembro de 1967. — Senador Gilberto Marinho.

#### O SR. PRESIDENTE:

(Edmundo Levi) — Tem a palavra o nobre Senador Gilberto Marinho, para encaminhar a votação.

O SENHOR SENADOR GILBERTO MARINHO, PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE A REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

#### O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado.

A Mesa associa-se às homenagens e fará cumprir a deliberação do Plenário.

#### O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — O Sr. 1º Secretário irá proceder à leitura de requerimento de autoria do Sr. Senador José Guimard.

E' lido o seguinte

#### REQUERIMENTO Nº 812, de 1967

Senhor Presidente:

Com fundamento no art. nº 42, § 1º, do Regimento Interno, requero seja considerado como de licença, o período de 1º a 18 do corrente, para tratamento de saúde.

Sala das Sessões, em 19 de setembro de 1967. — José Guimard dos Santos.

#### O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — O Requerimento lido vai à publicação e será incluído na Ordem do Dia da sessão de terça-feira, nos termos do Regimento.

#### O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — Sobre a mesa, requerimentos de informações que vão ser lidos pelo Sr. 1º Secretário.

São lidos os seguintes:

#### REQUERIMENTO Nº 313, de 1967

Senhor Presidente:

Nos termos do Regimento Interno, requero a Vossa Excelência determine providência no sentido de ser encaminhado ao Senhor Ministro da Saúde ofício solicitando a seguinte informação:

Se existe alguma idéia, estudos ou projeto com a finalidade de orientar o internamento para a educação e

tratamento de excepcionais, no País. Sala das Sessões, em 21 de setembro de 1967. — Senador Raul Guberti.

#### REQUERIMENTO Nº 814, de 1967

Senhor Presidente:

Requeiro, regimentalmente, se ofício ao Senhor Ministro da Fazenda, para que informe:

a) qual o preço mínimo da borracha em vigor em 31 de março de 1964?

b) qual o preço mínimo da borracha em vigor atualmente?

c) qual o percentual de aumentos concedidos aos seringalistas nos últimos três anos?

d) quais as necessidades atuais de valorização de borracha nativa, como estímulo de fixação do homem no "hinterland" amazense?

#### Justificativa

E' notório, hoje, a determinação das mais altas autoridades do País para a ocupação efetiva da Amazônia.

Várias medidas têm sido postas em prática, na perseguição da concretização desse objetivo.

Parece-nos, entretanto, que nenhuma delas visou a fixação do homem no "interland", principalmente no que concerne ao Amazonas.

O êxodo do homem rural para as capitais é impressionante, no Amazonas, onde esse problema agrava-se consideravelmente.

Essas consequências serão as mais danosas. Dentro em breve as nossas fronteiras estarão ainda mais desprovidas e conseqüentemente menos desguarnecidas. A par disso, passaremos a importar tudo o que hoje produzimos.

Uma política de preço justo para a borracha será de grande valia para evitar o golpe fatal que representa o despoamento do interior amazense.

Após a resposta do Senhor Ministro da Fazenda, órgão a que está subordinada a Comissão de Defesa da Borracha, voltaremos a abordar esse assunto, com "dossiê" completo sobre a borracha amazense.

Sala das Sessões, em 21 de setembro de 1967. — Senador Flavio Brito.

#### REQUERIMENTO Nº 815, de 1967

Senhor Presidente:

Requeiro a Vossa Excelência, na forma Regimental, seja encaminhado ao Exmo. Sr. Ministro da Marinha, o seguinte pedido de informações:

1º A pesca é assunto tratado em profundidade, pela Escola de Guerra Naval?

2º Na hipótese de resposta positiva, sob que ângulo é tratado o problema da pesca?

3º Dispõe a direção da Escola de Guerra Naval de estudos efetuados sobre o problema da pesca que possam ser encaminhados ao Senado Federal?

Sala das Sessões, 22 de setembro de 1967. — Senador Lino de Mattos.

Ao Exmo. Sr. Senador Moura Andrade— D.D. Presidente do Senado Federal.

#### REQUERIMENTO Nº 816, de 1967

Senhor Presidente:

Requeiro, regimentalmente, se ofício ao Senhor Ministro da Fazenda, a fim de que determine que a Caixa Econômica Federal de Brasília, preste as seguintes informações:

a) qual o número de veículos adquiridos nos últimos três anos por aquela

entidade, e quantos se encontram estacionados em seus depósitos, especificando-se o montante dos mesmos, marcas e ano de fabricação, bem como o valor de cada unidade;

b) Quanto dispendeu a Caixa Econômica Federal com a aquisição dos referidos veículos; e,

c) qual a estimativa do lucro obtido através da venda, visto que, como é sabido, os juros cobrados pela entidade são consideráveis.

#### Justificativa

É grande o número de carros adquiridos por financiamento pela Caixa Econômica Federal de Brasília. Nada nos move contra a transação, sabido que nesta Capital, sem condução própria, tudo se torna impraticável, em virtude das distâncias. O financiamento dos veículos é uma política correta, atraindo, por isso mesmo, boa clientela, com rendimentos consideráveis para a instituição. Mas, o que deploramos é que não seja usado o mesmo método de financiamento para a aquisição de máquinas e implementos agrícolas, sabidamente mais necessários à nossa economia, desde que, tal medida traria substancial reforço ao aumento da produção.

Sala das Sessões, em 21 de setembro de 1967. — Senador Flavio Brito.

#### REQUERIMENTO Nº 817, de 1967

Requeiro à Mesa, nos termos regimentais, sejam solicitadas ao Poder Executivo, através do Ministério da Indústria e Comércio, as indagações abaixo. Pelo Decreto nº 60.555, de 10 de abril de 1937, foi criado o Grupo de Trabalho para estudar e propor medidas para solução dos problemas da indústria nacional de fosfatos, em especial do Nordeste.

A vista disso, perguntamos:

1.º Esse Grupo de Trabalho foi constituído?

2.º Em caso afirmativo, quantos e quais os nomes indicados para integrá-lo?

3.º Pelo citado Decreto, esse Grupo de Trabalho dispunha de 60 dias para concluir os seus estudos. Em vista disso, qual o relatório apresentado e quais as conclusões a que chegaram?

4.º Quantas firmas proprietárias de jazidas foram consultadas, quais são elas e quais são as informações por ela fornecidas?

5.º E' intenção desse Grupo de Trabalho defender a criação do monopólio de fosfato no país?

#### Justificativa

Desde muito que se criam grupos de trabalho para estudarem os mais variados fenômenos da economia do Brasil, sem que, no entanto, cheguem a bom termo, apresentando conclusões satisfatórias que justifiquem o trabalho realizado. No caso vertente, desconhecemos por inteiro as razões que o determinaram, como, também, o pensamento do Governo para a solução dos problemas da indústria nacional de fosfatos, com especial atenção ao Nordeste.

Outrossim, há necessidade de evitar-se monopólio, porquanto, como sabemos, qualquer monopólio é prejudicial à economia nacional e só pode acarretar intensas dificuldades à indústria.

Objetivando trazer ao conhecimento do Senado o que ocorre, idealizamos o presente requerimento que, certamente, suprirá esta Casa das informações necessárias.

Sala das Sessões, em 22 de setembro de 1967. — Senador José Erminio de Moraes.



# REQUERIMENTO Nº 818, de 1967

Sr. Presidente:

Requeiro a V. Exa., sejam solicitadas, na forma Regimental, ao Poder Executivo, através do Ministério da Fazenda, informações sobre a aplicação da verba de NCr\$ 5.000.000, oriunda da SPEVEA (hoje SUDAN) e destinada à conclusão das obras de construção do Hospital de Tarauacá, Estado do Acre, no exercício financeiro de 1964.

Sala das Sessões, 22 de setembro de 1967. — Senador Adalberto Szaia.

## O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — Os requerimentos que acabam de ser lidos, na forma do Regimento, serão publicados e em seguida, despachados pela Presidência.

## O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — Está encerrada a hora do Expediente.

Passa-se à

## ORDEM DO DIA

## O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — Item 1:

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 330, de 1966 (n.º 789-B-63 na Casa de origem), que exige o atestado de vacinação contra a poliomielite para a concessão de visto consular, das crianças de 3 (três) meses e 6 (seis) anos de idade, tendo Pareceres, sob ns. 604, 605 e 606, de 1967, das Comissões: de Saúde, favorável; de Relações Exteriores e da Saúde (diligência cuprida); 2.º pronunciamento: pela continência em suspender a tramitação do projeto até a chegada da proposição oficial sobre a matéria.

Em discussão o projeto quanto à preliminar da Comissão de Relações Exteriores, em seu segundo pronunciamento.

Se nenhum dos Srs. Senadores de-seja fazer uso da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa)

Está encerrada.  
A votação fica adiada em virtude da falta de quorum.

## O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — Item 2:

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 46, de 1964, de autoria dos Srs. Senadores Eurico Rezende e Antônio Carlos, que dispõe sobre a elaboração de projeto para construção de usina termelétrica no Porto de Tubarão, Vitória, Estado do Espírito Santo, tendo Pareceres, sob ns. 218, 219 e 220, de 1966, e 514 a 518, de 1967, das Comissões: de Constituição e Justiça, 1.º pronunciamento, sobre o projeto; favorável; 2.º pronunciamento, sobre a emenda de plenário; favorável; 3.º pronunciamento, sobre substitutivo oferecido pela Comissão de Minas e Energia; favorável; de Minas e Energia, 1.º pronunciamento, sobre o Projeto; favorável; 2.º pronunciamento, sobre a emenda de plenário; favorável nos termos de substitutivo que oferece; de Finanças, 1.º pronunciamento sobre o projeto; favorável; 2.º pronunciamento, sobre a emenda de plenário e o substitutivo; pela audiência do Ministério das Minas e Energia; 3.º pronunciamento, após atendimento da diligência requerida; favorável, nos termos da Emenda Substitutiva da Comissão de Minas e Energia.

Sobre a mesa há requerimento de autoria do Sr. Senador Aloysio de Carvalho, que será lido pelo Sr. 1.º Secretário.

E' lido o seguinte requerimento:

# REQUERIMENTO Nº 819, de 1967

Nos termos dos arts. 212, letra l e 274, letra b, do Regimento Interno, requeiro adiamento da discussão do Projeto de Lei do Senado nº 46 de 1967, a fim de ser feita na sessão de 27 do corrente mês.

Sala das Sessões, em 22 de setembro de 1967. — Aloysio de Carvalho.

## O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — a votação do requerimento fica adiada por falta de quorum.

Sobresada, portanto, a matéria.

## O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — Item 3:

Votação, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 62, de 1964, de autoria do Sr. Senador Bezerra Neto que estabelece normas para pagamento de cotas-partes em multas e apreensões e dá outras providências, tendo Pareceres, sob ns. 550 a 553, de 1966; 395, 396 e 397, de 1967, das Comissões: de Constituição e Justiça; 1.º pronunciamento, sobre o projeto favorável; 2.º pronunciamento, sobre o substitutivo da Comissão de Serviço Público Civil, favorável; 3.º pronunciamento sobre as emendas de plenário ns. 1 e 2, favorável; de Serviço Público Civil; 1.º pronunciamento, favorável com substitutivo que oferece; 2.º pronunciamento, sobre as emendas de plenário favorável; de Finanças; 1.º pronunciamento, sobre o projeto, favorável; 2.º pronunciamento, sobre as emendas de Plenário, favorável.

A votação do projeto fica adiada por falta de quorum.

## O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — Está esgotada a matéria constante da Ordem do Dia.

Há oradores inscritos.

Tem a palavra o nobre Senador Desiré Guarani.

## O SR. DESIRÉ GUARANI:

Sr. Presidente e Srs. Senadores, já tivemos a oportunidade de pronunciarmo-nos a respeito de algumas das relativamente a dois tipos de principais impostos do Orçamento federal, ou seja, o imposto de produção industrializados e o imposto de consumo, analisando atos de administração anterior e da atual, com referência ao decréscimo da arrecadação do imposto de produção industrializados, e o que tem sido o setor do comércio ao contrabando, que afeta profundamente o Imposto de Importação.

Hoje, Sr. Presidente e Srs. Senadores, queremos focalizar aspectos de medidas governamentais com relação a outro grande imposto do Orçamento federal — o de Renda.

Em fins de 1966 foi promulgado o Decreto-lei nº 62 que, se executado, se cumprido, irá permitir, conforme conclusões a que chegou o Ministério da Fazenda, o colapso total da SUDENE e da SUDAM.

Insistimos, apesar da censura do nobre Líder da Maioria, Senador Eurico Rezende, em medidas a favor da SUDENE e da SUDAM, uma vez que o Decreto-lei nº 62, que já produz efeitos fabulosos de benefícios às pessoas jurídicas, contribuintes do Imposto de Renda, especialmente no setor comercial, permite por meio da utilização de um diploma não submetido à apreciação do Congresso, a oficialização da sonegação, em tão grandes dimensões que causará o

lapso total da SUDENE e da SUDAM. Esta a conclusão a que chegou o próprio Ministério da Fazenda, que está verificando a possibilidade de dar validade ao dispositivo, face à ausência das várias organizações que reclamam seu imediato cumprimento, declarou o seguinte:

(Lendo)

“A Comissão considerou, no entanto, que, neste exemplo, a empresa poderia abater 50%, em virtude da aplicação do Decreto-lei nº 62, e depositar os outros, 50%, à ordem da SUDENE. SUDAM, ou aplicar em projetos turísticos. Se uma boa porcentagem dos contribuintes tivesse a mesma característica, o Imposto de Renda poderia fechar as suas portas ou dedicar-se apenas a cobrar rendas pessoais.”

Esse Decreto-lei nº 62 permite, nos seus arts. 3º a 10, que as empresas comerciais e industriais façam o reajustamento dos seus balanços. Isso quer dizer que oficializam a sonegação do Imposto de Renda o que vêm fazendo durante anos, por um processo contábil de jôgo de conta, diminuindo o estoque, na Contabilidade, mantendo a mesma quantidade real, a quantidade nos seus almoxarifados. É um dos processos utilizados para sonegar o Imposto de Renda: a empresa diminui os estoques, na Contabilidade, e, com isso, tem diminuído o seu Imposto de Renda. Vem fazendo isso durante anos seguidos. Chegaram porém, a um ponto em que estoura, porque ela diminui, na Contabilidade, mas o estoque, nas prateleiras é imenso.

Poder-se-á dizer: e a Fiscalização, por que não impede isso, por que não exige o Imposto nessa sonegação? — Porque o trabalho físico do levantamento desses estoques só pode ser executado se a empresa for fechada durante semanas a fio e uma equipe imensa de fiscais trabalhe simultaneamente nesse levantamento porque a diversificação de mercadorias obriga a um trabalho minucioso e penoso.

Em fins do ano passado o Governo baixou o Decreto-lei nº 62 que permite simplesmente o seguinte: que essas empresas façam o remanejamento de seus balanços, de sorte a permitir que por tal remanejamento se livrem as empresas do processo de sonegação e passem a acusar, no seu balanço, o estoque real que possuem em seus almoxarifados que, pela contabilidade é um percentual insignificante daquilo que corresponde à realidade.

O Ministério da Fazenda antes de executar esse Decreto-lei e o próprio Decreto-lei permite que o Ministro baixe instruções para que ele seja efetivado — e em face de pressões dos órgãos interessados, a própria Confederação Nacional do Comércio — trago aqui o Diário de Notícias de 11 de agosto onde são estampadas as declarações do Sr. Antônio Carlos Osório, reclamando o cumprimento desse Decreto-lei — entre outras considerações declara que os estoques são subestimados, reconhece, de fato não pode fugir à realidade, e reclama o cumprimento do Decreto-lei para que as empresas tenham o chamado ajustamento de capital de giro.

Conforme já declarei em outras oportunidades, a realidade é essa: as empresas têm dois balanços, um para efeito de contabilidade, de imposto de renda e outro para efeito de prova de suas operações bancárias, dentro dos estabelecimentos bancários.

Esse balanço que é sonegado ao exame do fisco e é conservado sob o rescaldo do sigilo bancário é o que traduz, realmente, a situação da firma e todas as suas operações, em que talvez até haja certo exagero pois nesse balanço o empresário tem in-

teresse em demonstrar que sua firma está dando grande lucro, que está sendo bem sucedida e que produz na contabilidade um estoque real, porque não tem interesse em obter um empréstimo para o qual dá para aval um estoque insignificante para a firma.

Está o Ministério da Fazenda cogitando da execução do Decreto-lei nº 62 e, se isso acontecer, vai determinar, conforme conclusão a que chegou a comissão encarregada da sua regulamentação — publicada na Folha de São Paulo de 17 de setembro — vai provocar o colapso da SUDAM, o colapso da SUDENE e resultar no fechamento das repartições do Departamento do Imposto de Renda, relativamente as pessoas jurídicas, limitando-se à arrecadação das pessoas físicas, principalmente aquele imposto descontado na fonte, onde não há possibilidade de sonegação, enquanto o imposto de renda das pessoas jurídicas vem sendo sonegado desde sua implantação.

A grita que as empresas fazem, de que o Governo não atende a realidade bancária, está diretamente relacionada com a sonegação do imposto de renda, uma vez que os documentos fiscais prevêm um limite mínimo para atendimento da operação bancária. Querem agora que sua obrigação tributária seja marcada por uma benevolência governamental, isentando de todo e qualquer compromisso os pagamentos do imposto de renda devidos que, conforme declaração da comissão incumbida da sua regulamentação, sobre a mais de um trilhão de cruzeiros, só nas empresas jurídicas, que sonegam isto, que está documentado que está mascarado por um jôgo de contabilidade nos balanços.

O ex-Ministro Roberto Campos, em declarações anteriores, afirmou que não pôde efetivar, como pretendia, o combate à inflação por uma operação de choque, entre outras razões, porque as empresas brasileiras estão habituadas — a expressão é “que estavam”, mas eu digo que “estão”, porque continuam — estavam habituadas a uma grande sonegação, a uma maneira de evasão de impostos. E não, esta evasão impossibilitou — que é efetivada, como pretendia, uma medida de operação de choque, no combate da inflação brasileira em vez das medidas que foram sucessivas à proporção que as circunstâncias iam permitindo.

Então, Sr. Presidente, Srs. Senadores, o nosso apelo é de que o Governo não efetive, não cumpra o Decreto-lei nº 62. Esse Decreto-lei tem a sua vigência para essa benevolência fiscal apenas referente ao ano de 1967, para que os benefícios ocorram em 1968.

Se esse Decreto-lei for executado no ano que vem, praticamente nenhuma pessoa jurídica vai pagar imposto de renda, e nenhuma pessoa jurídica pagando imposto de renda, nenhuma delas vai destinar 50% para a SUDAM e SUDENE.

E, pior do que isto, o Governo Federal não terá recursos do Imposto de Renda, para atender a sua despesa. O Governo Federal, como já confessou pelas autoridades financeiras, terá em déficit orçamentário neste ano da ordem de um trilhão de cruzeiros, e não tem condições para negar, se mantida a atual política inflacioneira, que o déficit do ano que vem será de dois trilhões de cruzeiros; e se o Decreto-lei nº 62 for executado o déficit no ano que vem não será inferior a três trilhões de cruzeiros, uma vez que nessa execução o Governo deixará de arrecadar mais de um trilhão de cruzeiros, ao mesmo tempo que dá uma multa à maior sonegação de impostos que as empresas jurídicas, as firmas comerciais e industriais fazem neste País. Apenas um remanejamento da contabilidade,



diminuindo os estoques reais e fazendo parecer menor que são.

Fazemos, então, um apelo ao nobre Líder da Maioria, nesta Casa, no sentido de que transmita essa esperança de parlamentares da Amazônia e do Nordeste, em nome dos quais acho posso falar, representando essa angústia em que nos encontramos, se esse Decreto-lei nº 62 for executado. E não permita o cumprimento desse decreto-lei, sob pena não só de que a SUDAM mas a SUDENE, também, não tenham recursos para seus empreendimentos de levantamento daquelas regiões em 1968. E mais, frisou o próprio Ministério da Fazenda, por conclusão a que chegou a comissão que estuda o cumprimento desse decreto-lei, que poderá fazer fechar as portas do Departamento de Imposto de Renda, no que se refere à arrecadação do Imposto de Renda das pessoas jurídicas.

Para abreviar a solução desses problemas tomamos a oportunidade para apresentar uma emenda ao Projeto do Executivo nº 9, que trata de assuntos tributários, propondo a revogação dos arts. 3º a 10 do Decreto-lei nº 62, como medida de salvação da SUDAM e da SUDENE, como medida de salvação do próprio erário público.

Fazemos este apelo ao nobre Líder da Maioria, Senador Eurico Rezende, para que o transmita também ao Sr. Ministro Albuquerque Lima que, indiscutivelmente, está à frente de um Ministério que, principalmente nos últimos tempos, se transformou na verdadeira casamata das reivindicações amazônicas, pela manobra como as recebe e defende.

Se o Decreto-lei nº 62 for cumprido, o País entrará em bancarrota em 1968 e as regiões Nordeste e Amazônia não terão, para os empreendimentos programados no sentido de se estabelecer a arrancada do desenvolvimento, para atender a um milhão de projetos que se encontram em execução, um centavo sequer de recursos provenientes do imposto de renda. Muito pior do que isso, o Departamento do Imposto de Renda não arrecadará um centavo das pessoas jurídicas e se limitará a arrecadar o imposto de renda do assalariado, que é descontado na fonte, que não pode sonegar. Há mais este detalhe: inúmeras das medidas econômico-financeiras que o Governo tem tomado, desde o fim do ano passado, são, a meu ver, em prejuízo do erário nacional e em grande prejuízo da Amazônia e do Nordeste.

É o apelo que faço, na certeza de que o nobre Líder da Maioria, Senador Eurico Rezende, compreenderá a angústia com que os parlamentares da Amazônia veem a perspectiva de efetivação de um decreto-lei que será o fim das esperanças amazônicas no recebimento de incentivos fiscais, em benefício, em consagração aos senhores deste País.

O Sr. Eurico Rezende — V. Exª apresentou emenda ao Projeto de Lei nº 9, de 1967. Eu pediria que V. Exª esclarecesse sobre o que versa a emenda.

O SR. DESIRÉ GUARANI — O projeto é de iniciativa do Executivo. A emenda diz que:

"Ficam revogados os arts. 3º a 10 e seus respectivos itens e parágrafos do Decreto-lei nº 62, de 21 de dezembro de 1966".

O Sr. Eurico Rezende — Trata de imposto de renda?

O SR. DESIRÉ GUARANI — Esse decreto-lei permite o reajustamento da contabilidade das empresas, fazendo com que elas tenham reativado o seu balanço, reajustando a realidade de lucro que possuem nos estoques físicos muito superiores aos estoques registrados nos seus balanços.

O Sr. Eurico Rezende — Então a emenda de V. Exª trata da contabilidade, para efeito da aferição do Imposto de Renda?

O SR. DESIRÉ GUARANI — Não. Simplesmente revoga os artigos...

O Sr. Eurico Rezende — Em resumo: a emenda de V. Exª versa sobre Imposto de Renda?

O SR. DESIRÉ GUARANI — Perfeitamente.

O Sr. Eurico Rezende — Acontece que o Projeto nº 9 trata de leilão de mercadorias. Tenho dúvidas sobre a pertinência da matéria.

O SR. DESIRÉ GUARANI — Quanto à pertinência, o Executivo deu exemplos, no Governo passado...

O Sr. Eurico Rezende — O Presidente da Comissão pode recusar in limine a emenda. V. Exª me faz um apelo e quero mostrar logo que vou encontrar dificuldades para o seu atendimento. Se a emenda de V. Exª não tiver curso, a culpa não será do calce a quem V. Exª dirigiu apelo.

O SR. DESIRÉ GUARANI — Justamente por isso quero chamar, em ratificação do meu ponto-de-vista, o exemplo dado pelo Executivo relativamente à pertinência de assuntos em diplomas legais. Citei apenas dois: os Decretos-leis nºs 157 e 236 ou 238, que tratavam especificamente de incentivos fiscais para sociedades anônimas. É aquela dedução de cinco e dez por cento das pessoas físicas e jurídicas em favor das sociedades anônimas, que foi depositada no Banco de Desenvolvimento, pela qual o Executivo permitiu que os Bancos de Desenvolvimento recebessem, deduzidos do imposto de renda, dois bilhões de cruzeiros de comissão.

Nesses mesmos decretos-leis o Governo tratou de matéria de antistia...

O Sr. Eurico Rezende — Ai não, Excelência. A Resolução nº 1, do Congresso Nacional, só tem eficácia, obviamente, aqui no Congresso Nacional. O Poder Executivo, ao baixar um decreto-lei, pode, num só diploma, estabelecer a diversificação de matérias e de assuntos. Essa vedação não existe para o Executivo, na prerrogativa de legislar, quando se tratar de segurança nacional ou de finanças públicas; mas a vedação existe para nós.

O SR. DESIRÉ GUARANI — Eu já esperava o argumento, de vez que ele é procedente. Por isso renovo o apelo...

O Sr. Eurico Rezende — ... ao Presidente da Comissão. Só poderei colaborar com V. Exª, na agremiação do plenário. O poder de julgar da pertinência ou não é do Presidente da Comissão. Ainda vou procurar realizar um certo otimismo em V. Exª: o Relator do Projeto nº 9 é um eminente representante do MDB, o nobre Senador Marcello de Alencar. Talvez V. Exª, ou pela persuasão ou pelo companheirismo, poderá conseguir de S. Exª a absorção dessa emenda. Mas tenho minhas dúvidas. O projeto principal trata da rota das caravelas e a emenda de V. Exª trata da rota do sputnik. Não me parece matéria pertinente, mas, se a emenda de V. Exª atravessar o Rubricão da pertinência, procurarei examinar com boa vontade o mérito da emenda subsidiária que V. Exª apresentou.

O SR. DESIRÉ GUARANI — Insisto no apoio do Líder da Maioria para a primeira parte do meu discurso. Se a intervenção do nobre Líder tivesse sido dada na primeira parte, talvez eu não tivesse feito considerações em torno da emenda, de vez que, na primeira parte do discurso, apelei ao nobre Líder para que transmitisse ao Executivo nossa angústia neste sentido de não ser executado, efetivado, o Decreto-lei nº 62.

A apresentação da emenda se refere, apenas, à possibilidade de esse decreto-lei ser cumprido. Desde que haja a segurança de que ele não será cumprido, ou se o Executivo tomar a iniciativa de propor a revogação desses artigos de uma norma legal que possa favorecer as firmas mas não catadupamente, não tão amazônica, uma vez que o benefício é total, corresponde à arrecadação...

O Sr. Eurico Rezende — V. Exª acha, então, que esse decreto-lei é uma pororoca?!

O SR. DESIRÉ GUARANI — É mais do que uma pororoca — é um furacão!

O Sr. Eurico Rezende — Um tornado da Jamaica!...

O SR. DESIRÉ GUARANI — Ele vai limpar os cofres públicos do dinheiro do Imposto de Renda arrecadado das pessoas jurídicas. Nosso apelo é este — que o nobre Líder da Maioria, atuando junto aos órgãos do Executivo, tanto do Ministério da Fazenda como do Ministério do Interior, que o Ministério da Fazenda é o executor e o Ministério do Interior será o prejudicado, de vez que os órgãos subordinados ao Ministério — a SUDAM e a SUDENE — não terão recursos para efetuar a política desenvolvimentista do Governo na área amazônica e na área nordestina.

E ratificando este apelo, solicitamos ao Executivo que não dê cumprimento ao Decreto-lei nº 62, especialmente em seus arts. 3º a 10. E, se for possível, submeta a esta Casa uma medida capaz de resolver o problema da contabilidade sonegatória das empresas jurídicas, das firmas comerciais e industriais deste País que, conforme levantamentos já concluídos pela comissão que estuda a regulamentação desse decreto-lei, têm sonegações escrituradas da qual não podem fugir. Qualquer levantamento fiscal, embora muito trabalhoso, comprová-lo uma sonegação superior a um trilhão de cruzeiros. E elas se recusam a efetivar o pagamento, na sonegação que vieram fazendo durante anos seguidos, em prejuízo do Erário nacional, e, por certo, em benefício dos principais associados e dirigentes dessas organizações.

Que esse assunto, que é realmente sério, não se transforme em mais uma concessão de benefícios àqueles que sonegam impostos, ficando o Governo totalmente indiferente aos que cumprem regularmente com as suas obrigações tributárias. Os que sonegam impostos já tem muitos benefícios, não vamos dar-lhes mais este, que representa um prejuízo para a SUDAM e para a SUDENE e, muito mais do que isso, a todo o erário nacional.

O Sr. Eurico Rezende — Eu estou vendo agora uma contradição entre os apartes que S. Exª deu ao Senador Edmundo Levi e o discurso, que está proferindo agora.

O SR. DESIRÉ GUARANI — Vejamos essa contradição.

O Sr. Eurico Rezende — V. Exª acha que esse decreto-lei, se aplicado, terá consequência calamitosa para com a SUDAM e a SUDENE: ocorreria o esvaziamento dessas duas organizações de grandes investimentos no Nordeste e no Norte. Então é sinal de que esses órgãos existem lá e estão operando em condições vantajosas para a região.

O SR. DESIRÉ GUARANI — Não há dúvida.

O Sr. Eurico Rezende — E como o Senador Edmundo Levi qualificou a SUDAM e a SUDENE de literatura oficial? Se é literatura oficial vamos deixar que esse decreto-lei acabe com elas; se não é literatura oficial vejo contradição entre o que V. Exª diz e o discurso pronunciado pelo eminente Senador Edmundo Levi.

O Sr. Edmundo Levi — Permite V. Exª um aparte?

O SR. DESIRÉ GUARANI — Com muito prazer.

O Sr. Edmundo Levi — O nobre Senador Eurico Rezende é muito vivaz e, ao mesmo tempo, vamos usar a expressão, venenoso nas suas considerações. De início, pretendeu confundir-me no discurso que pronunciei e, agora, pretende desviar o discurso de V. Exª, alegando que eu teria dito que os organismos lá existentes seriam completamente inúteis. Creio que S. Exª está ainda naquele seu hábito de usar sempre muito espírito nos seus apartes, na sua delicadeza mesmo, mas sempre com o objetivo de confundir os companheiros. Disse que era apenas uma literatura, mas uma literatura boa, literatura oficialíssima porque todos sabemos que a legislação que aí está e que constituiria a "Operação Amazônia" nada mais é do que a fusão de uma literatura oficial antiga. A legislação já existia, esbarrava. Tudo isso, aí sim, teria de ser reformulado. Entretanto, a dúvida e o receio que o eminente Senador Desiré Guarani está revelando partem do total esvaziamento a que está sendo sujeitada aquela região. A Constituição de 67, liquidando com os 3% da renda tributária prevista para a Amazônia, esvaziou os organismos regionais dos seus suportes básicos. Se ocorrer o que o orador está expondo, então essa pequena parcela que ainda resta de investimento na Amazônia desaparecerá totalmente; esses recursos que podem ser canalizados naquela região, não mais o serão, ainda mais porque ela já foi esvaziada em cerca de 90%.

O Sr. Clodomir Milet — V. Exª permite um aparte?

O SR. DESIRÉ GUARANI — Pois não.

O Sr. Clodomir Milet — O Decreto-lei nº 62 é do ano passado. Ainda não está em execução.

O SR. DESIRÉ GUARANI — Ainda não entrou em execução, tantas são as dificuldades para executá-lo.

O Sr. Clodomir Milet — V. Exª não acredita que o Governo, através da regulamentação desse decreto-lei, pudesse tirar-lhe os efeitos nefastos que tornariam sua aplicação como está prejudicial aos interesses da Amazônia e aos interesses do Nordeste?

Se o Governo até hoje não pôs em execução esse Decreto-lei, então poderemos dizer que seria mesmo uma literatura baixar-se um decreto que não se executa. E se não se executou até agora, e não se executará daqui por diante, nossa situação, lá na Amazônia, em nada será prejudicada por que ele não entraria em vigor. O próprio Governo, através da regulamentação desse Decreto-lei, poderia consertar os erros e os defeitos nele contidos, sem revogá-lo completamente. Era a sugestão que eu desejava transmitir ao Governo por intermédio do seu Líder nesta Casa, para que examinasse o assunto a fim de tornar o Decreto-lei menos nefasto à Amazônia e ao Nordeste — digo Amazônia e Nordeste porque o meu Estado está nas duas regiões.

O SR. DESIRÉ GUARANI — Esse decreto-lei, por seus próprios dispositivos, vigorará até 1967, não mais em 1968.

O Sr. Clodomir Milet — A solução está aí. Se tem vigência até 1967, e se não foi executado até agora — estamos em setembro, quase no fim do ano — a solução mais prática é conseguir do Governo, através da sua liderança nesta Casa que esse decreto-lei não seja executado.

O SR. DESIRÉ GUARANI — É o nosso apelo, que tem de ser rati-

porque o Governo do Sr. Café Filho tenha sido impopular. S. Exa. succedeu ao Presidente Getúlio Vargas por ocasião de dramáticos acontecimentos, quando a Nação estava evidentemente sobressaltada com o que pudesse acontecer. Elle fez o possível para entregar o Governo, depois das eleições, ao seu successor. Quanto ao facto de ter vetado projecto de sua própria iniciativa na Câmara dos Deputados, há V. Exa. de convir que, chegando ao Governo naturalmente assessorado por elementos que compõem a equipagem do Governo, teve então dados para se convencer de que, como Deputado, teria agido daquela forma mas, como Governo, talvez não fôsse mais conveniente o projecto que apresentara. No mais, estou de accordo com V. Exa., porque entendo que deve haver um certo critério na opposição dos vetos, para evitar que nós, depois de

trabalharmos afinadamente para cumprir com o nosso dever, votando inclusive matéria vinda do Executivo, sejamos surpreendidos com vetos totais a projetos de alto interesse nacional.

O SR. AARÃO STEINBRUCH — Devo salientar que minha afirmativa encontra base na realidade com relação aos vetos, porque me lembro, independentemente desse, que o Sr. Presidente da República chegou a ponto de vetar proposições do Legislativo que determinavam se expedissem selos comemorativos de determinadas datas. Vetou quando era uma simples indicação; bastaria que a Presidência da República não expedisse aquele selo comemorativo. Sabemos perfeitamente que a Constituição é rígida quando determina os casos de aposição de vetos do Sr. Presidente da República; em proposição manifestamente inconstitucional ou contrária à segurança nacional ou aos interesses públicos. Quando projeto que determina a expedição de selos comemorativos pode ofender a segurança nacional ou ser inconstitucional?

No Governo Café Filho, foi iniciada a série de vetos. Houve, entretanto, Presidentes da República que passaram um quadriênio sem vetar qualquer proposição do Legislativo. O Presidente Castello Branco, praticamente, vetou toda e qualquer proposição originária do Poder Legislativo, muito embora o Congresso Nacional se limitasse pura e simplesmente a ser o referendário das proposições oriundas do Poder Executivo. Quando aprovava um projeto este merecia imediatamente o veto presidencial salvo aqueles que se referiam, por exemplo, à instituição do Dia da Arvore, o Dia do Passarinho e outras proposições neste gênero que tramitam no Congresso, ou ainda projetos que concediam isenções de impostos de importação, que alguns Congressistas costumam apresentar à consideração da Casa.

Quero referir-me a um veto últimamente aposto pelo Presidente da República ao projeto relativo ao subsídio dos Vereadores. Não quero entrar no mérito mas que realmente esse veto provocou repercussão negativa sobre o Legislativo, é sabido. Que poderá pensar, pergunto a V. Exa., nobre Senador Catiê Pinheiro, eventualmente na Presidência desta Casa, e que foi o autor da proposição — que poderá pensar um Vereador de qualquer capital brasileira ou de um município com população superior a 100 mil habitantes, do Senado Federal, quando 48 Senhores comandados pelas respectivas lideranças, — tanto que não se uniram a votar — que não votaram — um Vereador quando 48 Senhores — e não foi uma votação simbólica mas por bancada e todos se levantaram no último ato, ao comando das lideranças para aprovar a proposição apresentada por V. Exa. — que poderá pensar um Vereador — repito — o Senado da República que não é apertado pelo Poder Executivo em caso deste veto?

Devíamos as Lideranças antes de determinar essa aprovação entrar em comunicação com o Poder Executivo para o entrosamento dos dois poderes a fim de evitar essa desmoralização do Legislativo — realmente é isso o tempo — em razão desse fato, talvez que não entra no mérito da proposição. Votamos de acordo com a liberação das lideranças. Foi interrompido por um vereador: então o Senado vota uma proposição desse tipo? Não há antes entre os Senhores um entendimento? Não há uma comunicação com o Poder Executivo e ele vota totalmente, integralmente a proposição?

Dá porque espero que fatos dessa natureza não se repitam. Ou então o Poder Executivo respeite a soberania deste Poder e, quando vê que a própria liderança encaminha a proposição e o Senado inteiro a aprova, que não vote a proposição. Ou então antes de ver discutida a matéria, através de sua Assessoria, entre em contato com as lideranças desta Casa.

O Sr. Clodomir Milet — Estou inteiramente de acordo com V. Exa., neste ponto. E chego a pensar se o veto não tem um significado muito maior do que parece. O que se deduz, desse veto, é o desejo de que Leis Complementares não tenham a iniciativa ou não sejam iniciadas pelos Deputados e Senhores. Parece-se que o Governo, com este veto, quer significar que a ele compete a iniciativa das Leis Complementares, pelo menos nessa matéria política. O projeto da iniciativa do nosso colega, Senador Catiê Pinheiro, aprovado nesta Casa e na Câmara dos Deputados, votou ao Senado, tendo aqui merecido aprovação, o próprio substitutivo do Senado, com o apoio da liderança do Governo, que encaminhava a votação, com congratulações do Líder do Senado, Senador Daniel Krieger, que focalizou aspectos dos mais importantes, no seu entender — o que dá à iniciativa um vínculo com o salário mínimo chegou mesmo a dizer, nesta Casa, que tinha essa significação porque, enquanto nós aumentamos novos subsídios, os Vereadores ficaram unidos; ao salário mínimo. Parece-me que essa vinculação com o salário mínimo foi uma das razões do veto. Não sei mais nada. Quero dizer que estou inteiramente solidário com essa crítica que faz a esse processo de vetar projetos de iniciativa do Congresso Nacional, sem que, antes por intermédio da sua própria liderança nós, que aqui acompanhamos o Governo, sejamos informados do que pretende o Governo, a respeito de determinada matéria.

O SR. AARÃO STEINBRUCH — Muito obrigado a V. Exa.

O Sr. Oscar Passos — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. AARÃO STEINBRUCH — Com todo prazer.

O Sr. Oscar Passos — Ainda que a razão desse veto fosse aquela apontada pelo eminente Senador Clodomir Milet — que admite que por essa forma, o Poder Executivo demonstra ao Congresso que não quer que ele tenha a iniciativa das leis complementares — ainda que a razão desse veto, não se justificaria, de forma alguma, o procedimento do Poder Executivo, demandando que as duas Casas trabalhassem com o apoio das lideranças, até a final tramitação desse projeto, para então votá-lo, opor a sua opinião à nossa. Não compreendo, mesmo, o instituto do veto, num regime político como existe no Brasil há muitos anos, onde o Governo tem representantes nas duas Casas do Congresso e que, por força são os seus líderes. Qual a intenção deles afinal? Deixar que tudo corra à margem? Que deem o "não", para serem envolvidos pelo veto do Presidente da República? Parece que a função do líder é transmitir o pensamento do Governo, é entrar a nessa ação com os interesses do Governo. Em nosso regime só admito o veto se depois da tramitação do projeto pelo Congresso, surgirem casos excepcionais que justifiquem aquilo, coisa que não puderam ser apreciadas durante a tramitação do projeto. Só assim compreendo que o Presidente da República vote projeto que foi aprovado pelas suas lideranças por duas bancadas aqui. O que se demonstra, no meu entender, neste episódio é diverso — principalmente, quanto a esse projeto relativo aos subsídios dos

vereadores — é o total desaprêço do Poder Executivo pelo Congresso Nacional, como um todo, a todos nós individualmente e, inclusive, aos seus líderes, que passaram a fazer papel, aqui, de bonecos.

O SR. AARÃO STEINBRUCH — Tem V. Exa. toda a razão, nobre Senador Oscar Passos. E, realmente lamentável que tenhamos votado uma proposição por unanimidade, inclusive com o apoio ostensivo da Liderança. Conforme lembra o nobre Senador Clodomir Milet, foi encaminhada a votação pelo nobre Líder do Governo, vinculando o salário-mínimo aos subsídios dos Vereadores. Ora, uma das razões justificativas do veto foi justamente esta parte. Salienta muito bem o Senador Oscar Passos que essa atitude do Executivo é um desaprêço ao Poder Legislativo. Admite V. Exa., como eu também que veto deverá ser aposto a qualquer proposição somente se sobreviver alguma medida ulterior que fira os interesses públicos, ou afete a segurança nacional, ou seja manifestamente inconstitucional.

O Sr. Oscar Passos — Ou não tenha sido apreciada no devido tempo pelo Congresso.

O SR. AARÃO STEINBRUCH — Perfeito! E digo mais: não é só sobre leis complementares. Acentuei que no Governo Castello Branco toda e qualquer proposição de iniciativa de parlamentar, salvo aquelas que mencionai era vetada e, mais tarde, o próprio Executivo mandava ao Congresso mensagem consubstanciando projetos anteriormente apresentados por legisladores e que tinham recebido o veto de S. Exa. E o poder de veto era tamanho que proposições que ele enviava eram depois vetadas por ele mesmo! O Sr. Castello Branco vetou projetos ou partes de projetos que ele mandara à consideração do Congresso Nacional!

Sr. Presidente que episódios desse tipo não se repitam! Que as lideranças, a que sempre unidos, estejam atentas quando da tramitação de proposições dessa espécie, porque, do contrário, estará ferida de morte a soberania do Poder Legislativo. Muito bem!

O SR. PRESIDENTE:

(Catiê Pinheiro — Há ainda oradores inscritos. Verifica, porém a Presidência que não estão presentes no recinto.

Nada mais havendo que tratar, vou encerrar a sessão anunciando para a próxima a seguinte

ORDEM DO DIA

SESSÃO EM 25 DE SETEMBRO DE 1967

(Segunda-feira)

1

Votação em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 333, de 1965 (nº 789-B-63 na Casa de origem), que exige o atestado de vacinação contra a poliomielite para a concessão de visto consular das crianças de 3 (três) meses e 6 (seis) anos de idade, tendo Pareceres, sob nºs 604, 605 e 606 de 1967, das Comissões: de Saúde, favorável; de Relações Exteriores: 1º pronunciamento: pelas audiências dos Ministérios das Relações Exteriores e da Saúde (diligência cumprida); 2º pronunciamento: pela conveniência em suspender a tramitação do projeto até a chegada da proposição oficial sobre a matéria.

2

Votação, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 62, de 1964, de autoria do Sr. Senador Bezerra Neto que estabelece normas para pagamento das cotas partes em multas e apreensões e dá outras providências, tendo Pareceres, sob nºs 150 a

553, de 1966; 395, 396 e 397, de 1967, das Comissões: de Constituição e Justiça: 1º pronunciamento, sobre o projeto, favorável; 2º pronunciamento, sobre o substitutivo da Comissão de Serviço Público Civil, favorável; 3º pronunciamento sobre as emendas de plenário nºs 1 e 2, favorável; de Serviço Público Civil: 1º pronunciamento, favorável com substitutivo que oferece; 2º pronunciamento, sobre as emendas de plenário favorável; de Finanças: 1º pronunciamento, sobre o projeto, favorável; 2º pronunciamento, sobre as emendas de Plenário, favorável.

3

Discussão, em turno único, da redação final da emenda ao Senado nº 27 Projeto de Lei da Câmara nº 90, de 1967 (nº 427-B-67, na C. Sa de origem), que prorroga pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, a isenção de que tratam as letras "b" e "c" do item I do art. 1º da Lei nº 4.122, de 3 de maio de 1965, oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer nº 649, de 1967.

4

Discussão, em turno único, da redação final oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer nº 613, de 1967, ao Projeto de Decreto Legislativo nº 35 de 1967 (nº 23-B-67, na Casa de origem), que aprova o Acordo entre o Governo do Brasil e o Governo da República Portuguesa para a Cooperação na Utilização da Energia Nuclear para Fins Pacíficos, assinado no Rio de Janeiro, em 18 de junho de 1965.

5

Discussão, em turno único, da redação final oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer nº 641, de 1967, ao Projeto de Decreto Legislativo nº 37, de 1967 (nº 31-B-67 na Casa de origem), que aprova o Decreto-lei nº 329, de 2 de agosto de 1967.

6

Discussão, em turno único, da redação final oferecida pela Comissão Diretora em seu Parecer nº 645, de 1967, ao Projeto de Resolução nº 73, de 1967, que torna sem efeito a nomeação de Geraldo José de Sá Candia, habilitado em concurso público, para o cargo de Auxiliar-Legislativo.

7

Discussão, em turno único, da redação final oferecida pela Comissão Diretora em seu Parecer nº 645, de 1967, ao Projeto de Resolução nº 74, de 1967, que apresenta Leopoldina Ferreira Neves, Oficial Legislativo, PL-3, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

Projetos de lei de iniciativa do Senhor Presidente da República que receberam emendas perante a Comissão de Finanças nos termos do artigo 67, § 2º da Constituição Federal:

PLC/Nº — EMENTA

99-67 — Concede pensão especial aos Doutores Orzimbo Corrêa Neto e Esperidião Cabino de Carvalho, ex-médicos da Comissão Rondon, e dá outras providências.

100-67 — Abre ao Ministério do Trabalho e Previdência Social o crédito especial de NCR\$ 42.000,00 para atender no corrente exercício a despesa com gratificações na Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Política Salarial.

Calendário: 22, 25, 26, 27 e 28 do corrente mês.

Matéria em tramitação no Congresso que receberá emendas perante a Comissão Mista:

PL/10/67 (CN) que altera a redação de artigos do Decreto-lei nº 311, de 7 de março de 1967, estabelece prazos, e dá outras providências.

Calendário: dias 22, 25, 26, 27 e 28 do corrente mês.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17 horas e 35 minutos)



## COMISSÃO DE REDAÇÃO

## ATA DA 50ª REUNIÃO, REALIZADA NO DIA 19 DE SETEMBRO DE 1937

## Extraordinária

As dezesseis horas do dia dezoito de setembro de mil novecentos e trinta e sete, sob a Presidência eventual do Sr. Senador Bezerra Neto, presentes os Senhores Senadores Carlos Lindenberg, José Guimarães e Antônio Carlos, reúne-se a Comissão de Redação.

Deixam de comparecer, com motivo justificado, os Senhores Teotônio Vilela e Duarte Filho.

A Comissão aprova, por unanimidade, o Senhor Senador Carlos Lindenberg apresente as seguintes redações finais:

a) Do Projeto de Lei da Câmara nº 85, de 1937 (nº 343-B-37, na Casa de origem), que "autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Nacional do Material Escolar";

b) Da emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 1937 (nº 1.075-B-33, na Casa de origem), que "concede aos funcionários do extinto Território do Acre o direito de retorno aos serviços da União";

c) Do Projeto de Decreto Legislativo nº 33, de 1937 (nº 8-1-37, na Casa de origem), que "aprova o acordo entre o Brasil e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (F.I.U.) assinado em Nova York, em 23 de março de 1936";

d) Do Projeto de Decreto Legislativo nº 36, de 1937 (nº 30-A-37, na Casa de origem), que "aprova o texto do Decreto-lei nº 328, de 20 de julho de 1937, que altera a redação da alínea "b" do art. 1º da Lei nº 357, de 16 de julho de 1934 e das outras providências";

Nada mais havendo que tratar, encerra-se a Reunião, lavrando eu, Mário Nelson Duarte, Secretário, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

## ATA DA 51ª REUNIÃO, REALIZADA NO DIA 19 DE SETEMBRO DE 1937

## Extraordinária

As dezesseis horas e quinze minutos do dia dezoito de setembro de mil novecentos e trinta e sete, na Sala das Comissões, sob a Presidência do Senhor Senador José Veloso Neto, Presidente, presentes os Senhores Senadores Bezerra Neto, Carlos Lindenberg e José Guimarães, reúne-se a Comissão de Redação.

Deixam de comparecer, com motivo justificado, os Senhores Senadores Teotônio Vilela, Antônio Carlos e Duarte Filho.

A Comissão aprova, após lida a Ata da Reunião anterior, a seguinte redação final:

Após a abertura da Reunião, o Senhor Presidente transfere a Presidência dos trabalhos ao Senhor Senador Bezerra Neto, a fim de relatar a emenda do Senado ao Projeto de Lei nº 89, de 1937 (nº 399-B-37, na Casa de origem), que "dispõe sobre a contagem de tempo de serviço dos servidores pertencentes a estabelecimentos de ensino superior criados por leis especiais", concluindo o Sr. Senador José Veloso Neto por oferecer, como Relator, a Redação Final da matéria.

Em discurso não havendo quem deseje mais fazer uso da palavra, o Sr. Presidente determina em votação o Parecer, que é aprovado e assinado pelos presentes.

Voltando a ocupar a Presidência dos trabalhos, o Sr. Senador José Veloso Neto declara encerrada a Reunião.

E, para constar, eu, Mário Nelson Duarte, Secretário, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

## ATA DA 52ª REUNIÃO, REALIZADA NO DIA 21 DE SETEMBRO DE 1937

As dezesseis horas do dia vinte e um de setembro, na Sala das Comissões, sob a Presidência do Senhor Senador Teotônio Vilela, Vice-Presidente, presentes os Senhores Senadores

## ATAS DAS COMISSÕES

Carlos Lindenberg e Antônio Carlos, reúne-se a Comissão de Redação.

Deixam de comparecer, com motivo justificado, os Senhores Senadores José Veloso Neto e Bezerra Neto.

A Comissão aprova, por unanimidade, o Senhor Senador Carlos Lindenberg apresente as seguintes redações finais:

a) Do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 1937 (nº 1-1-37, na Casa de origem), que "autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Nacional do Material Escolar";

b) Da emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 1937 (nº 1.075-B-33, na Casa de origem), que "concede aos funcionários do extinto Território do Acre o direito de retorno aos serviços da União";

c) Do Projeto de Decreto Legislativo nº 33, de 1937 (nº 8-1-37, na Casa de origem), que "aprova o acordo entre o Brasil e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (F.I.U.) assinado em Nova York, em 23 de março de 1936";

d) Do Projeto de Decreto Legislativo nº 36, de 1937 (nº 30-A-37, na Casa de origem), que "aprova o texto do Decreto-lei nº 328, de 20 de julho de 1937, que altera a redação da alínea "b" do art. 1º da Lei nº 357, de 16 de julho de 1934 e das outras providências";

Nada mais havendo que tratar, encerra-se a Reunião, lavrando eu, Mário Nelson Duarte, Secretário, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

## ATA DA 53ª REUNIÃO, REALIZADA NO DIA 22 DE SETEMBRO DE 1937

## Extraordinária

As dezesseis horas e treze minutos do dia vinte e dois de setembro de mil novecentos e trinta e sete, na Sala das Comissões, sob a Presidência do Senhor Senador Teotônio Vilela, Vice-Presidente, presentes os Senhores Senadores Carlos Lindenberg e Bezerra Neto, reúne-se a Comissão de Redação.

Deixam de comparecer, com motivo justificado, os Senhores Senadores José Veloso Neto e Antônio Carlos.

A Comissão aprova, após lida a Ata da Reunião anterior, a seguinte redação final:

a) Do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 1937 (nº 1-1-37, na Casa de origem), que "autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Nacional do Material Escolar";

b) Da emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 1937 (nº 1.075-B-33, na Casa de origem), que "concede aos funcionários do extinto Território do Acre o direito de retorno aos serviços da União";

c) Do Projeto de Decreto Legislativo nº 33, de 1937 (nº 8-1-37, na Casa de origem), que "aprova o acordo entre o Brasil e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (F.I.U.) assinado em Nova York, em 23 de março de 1936";

d) Do Projeto de Decreto Legislativo nº 36, de 1937 (nº 30-A-37, na Casa de origem), que "aprova o texto do Decreto-lei nº 328, de 20 de julho de 1937, que altera a redação da alínea "b" do art. 1º da Lei nº 357, de 16 de julho de 1934 e das outras providências";

Nada mais havendo que tratar, encerra-se a Reunião, lavrando eu, Mário Nelson Duarte, Secretário, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

## 3ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, REALIZADA NO DIA 19 DE SETEMBRO DE 1937

As quinze horas do dia dezoito de setembro de 1937, na Sala das Comissões, sob a Presidência do Senhor Senador Antônio Campos, presentes os Senhores Senadores Carlos Lindenberg, Antônio Carlos e José Veloso Neto, reúne-se a Comissão de Constituição e Justiça.

Deixam de comparecer, com motivo justificado, os Senhores Senadores Teotônio Vilela, José Veloso Neto e Bezerra Neto.

E dispensada a leitura da ata da reunião anterior e, em seguida, aprovada.

Com a palavra, o Senhor Senador Aloysio de Carvalho apresenta seu parecer ao Projeto de Lei da Câmara nº 95-67 — Estende aos funcionários da Polícia Civil dos Estados e Terri-

torios Federais o direito de preferência para o emprego público. O parecer é aprovado por unanimidade.

A seguir, o Senhor Senador Aloysio de Carvalho lê os seguintes pareceres: 1º Do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 1937 (nº 1-1-37, na Casa de origem), que "autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Nacional do Material Escolar";

2º Do Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 1937 (nº 1.075-B-33, na Casa de origem), que "concede aos funcionários do extinto Território do Acre o direito de retorno aos serviços da União";

3º Do Projeto de Decreto Legislativo nº 33, de 1937 (nº 8-1-37, na Casa de origem), que "aprova o acordo entre o Brasil e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (F.I.U.) assinado em Nova York, em 23 de março de 1936";

4º Do Projeto de Decreto Legislativo nº 36, de 1937 (nº 30-A-37, na Casa de origem), que "aprova o texto do Decreto-lei nº 328, de 20 de julho de 1937, que altera a redação da alínea "b" do art. 1º da Lei nº 357, de 16 de julho de 1934 e das outras providências";

Nada mais havendo que tratar, encerra-se a Reunião, lavrando eu, Mário Nelson Duarte, Secretário, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

Com a palavra, o Senhor Senador Antônio Campos relata os seguintes projetos: pelo arquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 12-37 — Altera o texto do art. 1º do Regulamento Interno do Senado Federal, para que a Comissão de Constituição e Justiça seja a competente para emitir parecer sobre a constitucionalidade e juridicidade;

5º Do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 1937 (nº 1-1-37, na Casa de origem), que "autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Nacional do Material Escolar";

6º Do Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 1937 (nº 1.075-B-33, na Casa de origem), que "concede aos funcionários do extinto Território do Acre o direito de retorno aos serviços da União";

7º Do Projeto de Decreto Legislativo nº 33, de 1937 (nº 8-1-37, na Casa de origem), que "aprova o acordo entre o Brasil e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (F.I.U.) assinado em Nova York, em 23 de março de 1936";

8º Do Projeto de Decreto Legislativo nº 36, de 1937 (nº 30-A-37, na Casa de origem), que "aprova o texto do Decreto-lei nº 328, de 20 de julho de 1937, que altera a redação da alínea "b" do art. 1º da Lei nº 357, de 16 de julho de 1934 e das outras providências";

Nada mais havendo que tratar, encerra-se a Reunião, lavrando eu, Mário Nelson Duarte, Secretário, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

## SECRETARIA GERAL DO SENADO FEDERAL

## CONCURSO PÚBLICO PARA TAQUÍGRAFOS DE DEBATES

## EDITAL

## Início da Carreira

De ordem da Comissão Diretora do Senado Federal, faço publicar que se acham abertas nesta Secretaria, pelo prazo de 30 (trinta) dias, a partir de 2 de outubro de 1937, as inscrições para o concurso público destinado ao preenchimento de 4 (quatro) vagas no início da carreira de Taquígrafo de Debates.

## Requisitos:

1º ser brasileiro;

2º ter 18 anos completos à data do encerramento das inscrições e 35 incompletos à data da abertura das inscrições, exceto se já for funcionário público;

3º apresentar requerimento de inscrição no Palácio do Congresso, em Brasília, ou no Palácio Montão, no Rio de Janeiro, dirigido ao Diretor-Geral, em qualquer dia útil, das 14 às 18 horas, exceto aos sábados, assinado pelo próprio ou por procurador;

O Senhor Senador Antônio Carlos relata seus pareceres: pelo arquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 22-37 — Regula o direito de pagamento o pagamento do certificado de depósito bancário de que trata a Lei nº 4.728, de 14-7-65 e pela constituição da Comissão do Projeto de Lei do Senado nº 52-37 — Altera, por dois anos, o prazo da Lei nº 3.831, de 13-1-60, que dispõe sobre a contagem de tempo de serviço prestado por funcionários da União, do Distrito Federal e das Territórios da Federação. Os pareceres são aprovados por unanimidade.

Nada mais havendo que tratar, encerra-se a Reunião, lavrando eu, Mário Nelson Duarte, Secretário, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

## SECRETARIA DAS COMISSÕES COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

## 18ª REUNIÃO, REALIZADA NO DIA 21 DE SETEMBRO DE 1937

As quinze horas e trinta minutos do dia vinte e um de setembro de mil novecentos e trinta e sete, na Sala das Comissões, sob a Presidência do Sr. Senador Aloysio de Carvalho, presentes os Srs. Senhores Aloysio de Carvalho, Adalberto Lima e Lino de Mattos, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Srs. Senadores Mário de Lencastre e Duarte Filho.

E dispensada a leitura da ata da reunião anterior que, em seguida, é aprovada.

Aberto o expediente de trabalhos, o Sr. Presidente concede a palavra ao Senhor Senador Aloysio de Carvalho e, em seguida, emite parecer sobre a única matéria constante da pauta.

Com a palavra, o Senhor Senador Aloysio de Carvalho lê o parecer por audiência ao Ministério da Educação e Cultura, ao Projeto de Lei do Senado nº 53, de 1937, que "Estabelece condições para pagamento de pensão de estudo concedida pela União";

Em discussão e votação, é o parecer aprovado pela Comissão.

Nada mais havendo que tratar, encerra-se a Reunião, lavrando eu, Mário Nelson Duarte, Secretário, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

Com a palavra, o Senhor Senador Aloysio de Carvalho relata os seguintes projetos: pelo arquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 12-37 — Altera o texto do art. 1º do Regulamento Interno do Senado Federal, para que a Comissão de Constituição e Justiça seja a competente para emitir parecer sobre a constitucionalidade e juridicidade;

9º Do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 1937 (nº 1-1-37, na Casa de origem), que "autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Nacional do Material Escolar";

10º Do Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 1937 (nº 1.075-B-33, na Casa de origem), que "concede aos funcionários do extinto Território do Acre o direito de retorno aos serviços da União";

11º Do Projeto de Decreto Legislativo nº 33, de 1937 (nº 8-1-37, na Casa de origem), que "aprova o acordo entre o Brasil e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (F.I.U.) assinado em Nova York, em 23 de março de 1936";

12º Do Projeto de Decreto Legislativo nº 36, de 1937 (nº 30-A-37, na Casa de origem), que "aprova o texto do Decreto-lei nº 328, de 20 de julho de 1937, que altera a redação da alínea "b" do art. 1º da Lei nº 357, de 16 de julho de 1934 e das outras providências";

Nada mais havendo que tratar, encerra-se a Reunião, lavrando eu, Mário Nelson Duarte, Secretário, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

Com a palavra, o Senhor Senador Aloysio de Carvalho apresenta seu parecer ao Projeto de Lei da Câmara nº 95-67 — Estende aos funcionários da Polícia Civil dos Estados e Terri-

torios Federais o direito de preferência para o emprego público. O parecer é aprovado por unanimidade.



f) três exemplares iguais de fotografia recente do candidato, tirada de frente e sem chapéu (formato 3x4 centímetros), trazendo no verso, a tinta, o nome do interessado;

5) — exibir no ato da inscrição:

- a) carteira de identidade ou profissional;
- b) título de eleitor;
- c) prova de quitação com as obrigações militares, no caso de candidato do sexo masculino;
- d) atestado de vacinação ou revacinação antivaricólica, fornecido por autoridade sanitária federal.

#### CAPÍTULO I

##### Da Inscrição

1. No momento da entrega do requerimento, o candidato assinará o livro próprio, devendo preencher as fichas de inscrição.
2. Encerradas as inscrições, organizar-se-á, em ordem alfabética, a relação dos candidatos, que receberão, mediante a exibição de carteira de identidade ou profissional, cartões de identidade com fotografia e a inscrição do seu número de chamada, sem os quais não terão ingresso no recinto onde se realizarem as provas.
3. O candidato que não procurar o cartão de identidade no prazo determinado pelos avisos publicados no Diário do Congresso e (ou) Diário Oficial, terá a inscrição cancelada.

#### CAPÍTULO II

##### Das Provas

4. Haverá provas técnicas, de habilitação e de seleção, assim distribuídas:

##### Técnicas

- 1ª — Registro taquigráfico, durante dez minutos, de ditado feito na velocidade de 110 a 125 palavras por minuto, da seguinte forma: 110 — 111 — 113 — 115 — 117 — 119 — 121 — 123 — 124 e 125.

Prazo para decifração — duas horas.

Grau mínimo — 50 (cinquenta).  
Limite de erros — 120 (cento e vinte).

- 2ª — Registro taquigráfico, durante dez minutos, de ditado feito na velocidade de 130 palavras por minuto.

Prazo para decifração — uma hora.  
Grau mínimo — 60 (sessenta).  
Limite de erros — 80 (oitenta).

- 3ª — Registro taquigráfico de discurso pronunciado no Plenário, sem caráter eliminatório, no total de quinze minutos, distribuídos em "quartos" de 5 a 10 minutos, sendo a prova realizada em um ou mais dias, como se tornar necessário.

Prazo para decifração de cada 5 minutos — uma hora.

##### Habilitação

- 4ª — Exame de Português, dividido em duas partes:

a) correção de trecho de discurso com um mínimo de 30 (trinta) linhas impressas ou mimeografadas, sorteado no momento e no qual tenham sido propositadamente incluídos erros;

b) pontuação de um trecho com mínimo de vinte e cinco linhas, sorteado no momento da prova.  
Valor da 1ª parte — 60 (sessenta).  
Valor da 2ª parte — 40 (quarenta).  
Duração da prova — duas horas.  
Grau médio — 60 (sessenta).

- 5ª — Francês e Inglês — Tradução, em auxílio de dicionário, de trecho de linguagem corrente, de 20 a 25 linhas impressas ou mimeografadas.

Duração da prova — duas horas.  
Grau mínimo — 50 (cinquenta).

- 6ª — História Geral, História do Brasil, Geografia e Cultura Geral — Prova escrita, sob a forma de testes.  
Duração da prova — duas horas.  
Grau mínimo — 40 (quarenta).

#### Seleção

- 7ª — Exame psicotécnico, em caráter eliminatório.

#### CAPÍTULO III

##### Das Critérios de Julgamento

5. Para a contagem de erros nas provas técnicas, cuja decifração será feita obrigatoriamente a máquina, usar-se-á a seguinte norma:

- a) cada palavra omitida, acrescida ou substituída com alteração de sentido — um erro;
- b) cada palavra omitida, acrescida ou substituída sem alteração de sentido — meio erro;
- c) palavras soltas, erradas, sem formar sentido — um erro por palavra;
- d) erros de português, conforme a gravidade, a critério da Banca Examinadora — meio erro, um erro ou dois erros;

f) no caso de concorrência de erros (por exemplo: omissão de cinco palavras e substituição por três erradas), computar-se-á o número maior de erros;

g) os erros em mais de uma palavra contar-se-ão uma vez, desde que consequentes, a critério da Banca Examinadora.

J. O julgamento da prova de Português obedecerá ao seguinte critério:

- a) o candidato que corrigir todos os erros incluídos no trecho a que se refere a primeira parte da prova obterá 60 pontos. Por erro não corrigido ou cometido, perderá tantos pontos quantos resultarem da divisão de 60 pelo número de erros incluídos no texto, multiplicado o quociente dessa divisão pelo número de erros não corrigidos ou cometidos;
- b) do valor 40 atribuído à segunda parte da prova, na qual serão levados em conta, sobretudo, os erros de pontuação, serão deduzidos de meio a dois pontos por erro cometido, segundo a gravidade, a juízo da Banca Examinadora.

7. O julgamento da prova de Francês e Inglês obedecerá ao seguinte critério:  
Na atribuição de pontos será levado em conta, principalmente, o grau de exatidão com que o candidato traduzirá para o português, na forma e no sentido, o texto original. A prova de Inglês valerá 50; a de Francês, 50. Cada palavra não traduzida, traduzida errônea ou inadequadamente, com ou sem alteração do sentido; erro de concordância, de regência ou de outra natureza, acarretará perda de meio ponto até três pontos, de acordo com a gravidade e a juízo da Banca Examinadora. A nota será a soma dos pontos obtidos em ambas as provas.

8. O julgamento da prova de História Geral, História do Brasil, Geografia e Cultura Geral obedecerá ao seguinte critério:  
A prova compõe-se de quatro partes, valendo cada uma 50. Os testes merecerão de um a três pontos, a juízo da Banca Examinadora. A nota final será a média apurada na divisão por dois do total de pontos obtidos.

9. Para o julgamento final observar-se-á o seguinte critério:  
Obtida a média da prova de Plenário, dobrar-se-á a esse número e ao resultado se acrescentará o total das notas das provas de ditado taquigráfico. Multiplicar-se-á por dois essa soma e ao resultado se adicionará a média das provas de habilitação. A nota final será o quociente da divisão dessa soma por nove.

10. A nota final inferior a 60 (sessenta) importará em desclassificação.

11. Após o julgamento pela Banca Examinadora, e antes da identificação, as provas ficarão à disposição dos candidatos para vista pelo prazo de 48 horas, a fim de que formulem recursos, se cabíveis.

12. O recurso constará de petição dirigida ao Diretor-Geral da Secretaria, sem quebra de sigilo. O recurso, formulado pelo candidato, deverá, sob pena de indeferimento in limine, ser fundamentado e indicar, com precisão, as questões e os pontos, objeto de revisão. Se aceitar o recurso, o Diretor-Geral poderá mandar proceder também à revisão de todo a prova.

A Banca Examinadora, depois de conhecer das razões apresentadas pelo recorrente, fará revisão geral ou parcial da prova e emitirá parecer fundamentado, mas só poderá propor a alteração da nota atribuída anteriormente, se ficar evidenciado erro de fato na aplicação do critério de julgamento. Não será apreciada a reclamação, se não redigida em termos convenientes ou não indicar, com absoluta clareza, fatos e circunstâncias que a justifiquem e permitam pronta apuração.

Depois de apreciados os recursos pela Banca, cabe a decisão final ao 1º Secretário do Senado Federal, representando a Comissão Diretora.

13. Os limites mínimos estabelecidos serão rigorosamente obedecidos. Apurar-se-ão as frações até milésimos.

#### CAPÍTULO IV

##### Da Realização das Provas

14. Será obrigatório, em todas as provas, o uso da ortografia oficial (Pequeno Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa, da Academia Brasileira de Letras — edição da Imprensa Nacional — 1943).

15. As provas técnicas se realizarão exclusivamente pelo processo manual, a lápis ou tinta. É heito, entretanto, utilizar-se o candidato do sistema taquigráfico de sua preferência e, inclusive de bloco de papel seu. A decifração de tais provas far-se-á a máquina, fornecida pela Secretaria do Senado Federal ou trazida pelo candidato.

16. Sempre que o número de concorrentes exceder a 20, será o ditado taquigráfico feito ao microfone.

17. As provas de habilitação (Português, Francês e Inglês, História Geral, História do Brasil, Geografia e Cultura Geral) serão manuscritas a tinta azul, devendo o candidato comparecer munido de caneta carregada. O emprego de lápis-tinta acarretará desclassificação do candidato.

18. Não se admitirá a entrada de candidato que não estiver munido do cartão de identificação fornecido pela Secretaria do Senado Federal. As outras provas de identidade não terão valor nessa ocasião.

19. Adotar-se-á, para sigilo do julgamento, processo que impeça a identificação das provas, as quais deverão, para isso, oferecer o mesmo aspecto material.

20. Atribuir-se-á a nota zero a prova que apresentar sinal expresso ou convenção que possibilite a sua identificação.

21. Os textos para as provas técnicas e as de Português, Francês e Inglês serão sorteadas e os impressos respectivos preparados na presença do candidato.

22. O candidato que se retirar do recinto durante a realização da prova estará automaticamente excluído do concurso. Será também excluído por ato da Banca Examinadora o candidato que se tornar culpado de incorreção ou descortesia para com os examinadores, seus auxiliares ou qualquer autoridade presente. Idêntica penalidade será aplicada ao candidato que, durante a realização da prova, for colhido em flagrante comunicação com outros candidatos ou pessoas estranhas, verbalmente, por escrito ou por qualquer outra forma, ou de utilização de notas livros ou impressos, salvo os expressamente permitidos. A ata dos trabalhos deverá registrar qualquer ocorrência dessa natureza.

23. Não haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado para justificar a ausência do candidato.

24. O não-comparecimento a qualquer prova, mesmo não eliminatória, importará em exclusão do concurso, considerados sem efeito os exames porventura já prestados.

#### CAPÍTULO V

##### Disposições Gerais

25. A inscrição do candidato, com a assinatura no livro competente, implicará conhecimento destas instruções e compromisso tácito de aceitar as condições do concurso nos termos em que se acham estabelecidas.

26. É de dois anos o prazo de validade do presente concurso, a contar da data da homologação pela Comissão Diretora do Senado Federal.

27. Os casos omissos serão resolvidos pela Banca Examinadora.

28. Serão publicados apenas os resultados que permitam a habilitação do candidato.

29. As nomeações obedecerão rigorosamente à ordem de classificação.

30. Nenhum candidato poderá alegar desconhecimento destas instruções.

31. Todas as instruções, chamadas e resultados serão publicados no Diário do Congresso e (ou) no Diário Oficial.

32. Não há justificativa para o não-atendimento dos prazos; o candidato deve estar sempre em contato com o Senado Federal para não perdê-los.

33. Embora as inscrições possam ser feitas também no Rio de Janeiro, todas as provas serão realizadas em Brasília.

#### TABELA PARA O JULGAMENTO DAS PROVAS DE DITADO TAQUIGRÁFICO

##### 1º Ditado (1ª prova)

##### Número de erros — Grau

120	50
96	60
72	70
48	80
24	90
0	100

##### 2º Ditado (2ª prova)

##### Número de erros — Grau

80	60
60	70
40	80
20	90
0	100

#### CALENDÁRIO DAS PROVAS

Os candidatos cujas inscrições forem aceitas, automaticamente estão convocados para as provas, que obedecerão ao seguinte calendário:

Dia 5 (cinco) de novembro de 1967 — domingo:

9 (nove) horas — 1º Ditado Taquigráfico;

Dia 11 (onze) de novembro de 1967 — sábado:

9 (nove) horas — 2º Ditado Taquigráfico;

14 (quatorze) horas — Português;

Dia 12 (doze) de novembro de 1967 — domingo:

9 (nove) horas — Francês e Inglês;

14 (quatorze) horas — História Geral, História do Brasil, Geografia e Cultura Geral;

Dia 13 (treze) de novembro de 1967 — segunda-feira:

14 (quatorze) horas — Plenário.

Os candidatos deverão apresentar-se na Diretoria da Taquigrafia 30 (trinta) minutos antes da hora da prova.

Secretaria do Senado Federal, em 22 de setembro de 1967. — Evandro Mendes Vianna, Diretor-Geral.

## MESA

Presidente — Moura Andrade — (ARENA — SP)	3º Secretário — Edmundo Levi — (MDB — AM)
1º Vice-Presidente — Nogueira da Gama — (MDB — MG)	4º Secretário — Cattete Pinheiro — (ARENA — PA)
2º Vice-Presidente — Gilberto Marinho — (ARENA — GB)	1º Suplente — Atílio Fontana — (ARENA — SC)
4º Secretário — Dinarte Mariz — (ARENA — RN)	2º Suplente — Guido Moradin — (ARENA — RS)
3º Secretário — Victorino Freire — (ARENA — MA)	3º Suplente — Sebastião Archer — (MDB — MA)
	4º Suplente — Raul Giuberti — (ARENA — ES)

## Liderança

## DO GOVERNO

Líder — Daniel Krieger — (ARENA — RS)

Vice-Líderes:

Paulo Sarasate (ARENA — CE) Eurico Rezende — (ARENA — ES)

## DA ARENA

Líder — Filinto Müller — (MT)

Vice-Líderes:

Wilson Gonçalves — (CE)

Antônio Carlos — (SC)

Rui Palmeira — (PB)

Manoel Vilela — (RN)

Vasconcellos Torres — (RJ)

## DO MDB

Líder — Aurélio Vianna — (GB)

Vice-Líderes:

Bezerra Neto — (MT)

Adalberto Senna — (ACRE)

Lino de Matos — (SP)

## COMISSÃO DE AGRICULTURA

(7 membros)

## COMPOSIÇÃO

Presidente: José Ermirio

Vice-Presidente: Júlio Leite

## ARENA

## TITULARES

José Feliciano  
Ney Braga  
João Cleophas  
Teotônio Vilela  
Júlio Leite

## SUPLENTE

Atílio Fontana  
Leandro Maciel  
Benedicto Valladares  
Adolpho Franco  
Sigefredo Pacheco

## MDB

José Ermirio  
Mários Martins  
Secretário: J. Ney Passos Dantas.  
Reuniões: Quartas-feiras às 16 horas.

Aurélio Vianna  
Pedro Ludovico

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

(11 Membros)

## COMPOSIÇÃO

Presidente: Milton Campos  
Vice-Presidente: Antônio Carlos

## ARENA

## TITULARES

Milton Campos  
Antônio Carlos  
Aloyzo de Carvalho  
Eurico Rezende  
Wilson Gonçalves  
Petrônio Portela  
Carlos Lindenberg  
Rui Palmeira

## SUPLENTE

Vasconcellos Torres  
Daniel Krieger  
Benedicto Valladares  
Alvaro Maia  
Lobão da Silveira  
José Feliciano  
Menezes Pimentel  
Leandro Maciel

## MDB

Antônio Balbino  
Bezerra Neto  
Josaphat Marinho

Araújo Steinbruch  
Aurélio Vianna  
Mários Martins

Secretaria: Maria Helena Bueno Brandão — Of. Legislativo — FL-6.  
Reuniões: quartas-feiras às 16 horas.

## COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL

(7 Membros)

## COMPOSIÇÃO

Presidente: João Abrahão  
Vice-Presidente: Eurico Rezende

## ARENA

## TITULARES

José Feliciano  
Lobão da Silveira  
Petrônio Portela  
Eurico Rezende  
Atílio Fontana

## SUPLENTE

Benedicto Valladares  
Adolpho Franco  
Arnon de Melo  
José Leite  
Mello Braga

## MDB

João Abrahão  
Aurélio Vianna  
Secretário: Alexandro Mello.  
Reuniões: Terças-feiras, às 16 horas.

Adalberto Senna  
Lino de Matos

## COMISSÃO DE ECONOMIA

(9 Membros)

## COMPOSIÇÃO

Presidente: Carvalho Pinto

Vice-Presidente: Mário Martins

## ARENA

## TITULARES

Carvalho Pinto  
Carlos Lindenberg  
Júlio Leite  
Teotônio Vilela  
Domicio Gondim  
Leandro Maciel

## SUPLENTE

José Leite  
João Cleophas  
Duarte Filho  
Sigefredo Pacheco  
Filinto Müller  
Paulo Torres

## MDB

Mário Martins  
Pedro Ludovico  
Lino de Matos

Jose Ermirio  
Josaphat Marinho  
João Abrahão

Secretário: Carlos Rodrigues Costa  
Reuniões: Quintas-feiras às 15.30 horas.

## COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

(7 Membros)

## COMPOSIÇÃO

Presidente: Menezes Pimentel

Vice-Presidente: Alvaro Maia

## ARENA

## TITULARES

Menezes Pimentel  
Mem de Sá  
Alvaro Maia  
Duarte Filho  
Aloysio de Carvalho

## SUPLENTE

Benedicto Valladares  
Antônio Carlos  
Sigefredo Pacheco  
Teotônio Vilela  
Petrônio Portela

## MDB

Adalberto Senna  
Lino de Matos

Antonio Balbino  
Josaphat Marinho

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa  
Reuniões: Quartas-feiras às 15h 30m.

## COMISSÃO DE FINANÇAS

(15 Membros)

## COMPOSIÇÃO

Presidente: Paulo Figueiredo

Vice-Presidente: Paulo Sarasate

## ARENA

## TITULARES

João Cleophas  
Mem de Sá  
José Leite  
Leandro Maciel  
Manoel Vilela  
Clodomir Milet  
Adolpho Franco  
Sigefredo Pacheco  
Paulo Sarasate  
Carvalho Pinto  
Fernando Corrêa

## SUPLENTE

Antônio Carlos  
José Guimard  
Daniel Krieger  
Petrônio Portela  
Atílio Fontana  
Júlio Leite  
Mello Braga  
Carlos Lindenberg  
Celso Ramos  
Teotônio Vilela  
Rui Palmeira

## MDB

Argemiro Figueiredo  
Bezerra Neto  
Oscar Passos  
Arthur Virgílio

Josaphat Marinho  
José Ermirio  
Lino de Matos  
Pessoa de Queiroz

Secretário: Hugo Rodrigues Figueiredo.  
Reuniões: Quartas-feiras às 10h.

## COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

(7 Membros)

## COMPOSIÇÃO

Presidente: Ney Braga

Vice-Presidente: Antônio Balbino

## ARENA

## TITULARES

Ney Braga  
Atílio Fontana  
Adolpho Franco  
Domicio Gondim  
João Cleophas

## SUPLENTE

Júlio Leite  
José Cândido  
Rui Palmeira  
Arnon de Melo  
Leandro Maciel

## MDB

Antônio Balbino  
José Ermirio

Pessoa de Queiroz  
Pedro Ludovico

Secretária: Maria Helena Bueno Brandão — Of. Leg FL-3.  
Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas.

## COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL

(9 MEMBROS)

## COMPOSIÇÃO

Presidente: Petronio Portela  
Vice-Presidente: José Cândido

## A R E N A

## TITULARES

Petronio Portela  
Domicio Gondim  
Alvaro Maia  
José Cândido  
Mello Braga  
Júlio Leite

## SUPLENTE

José Guimard  
José Leite  
Lobão da Silveira  
Manoel Villaga  
Celso Ramos  
Duarte Filho

## M D B

Aarão Steinbruch  
Rui Carneiro  
Arthur Virgilio

Bezerra Netto  
Mário Martins  
Adalberto Sena

Secretário: Cláudio I. C. Leal Neto

Reuniões: Terças-feiras às quinze horas.

## COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

(7 MEMBROS)

## COMPOSIÇÃO

Presidente: Josaphat Marinho  
Vice-Presidente: Domicio Gondim

## A R E N A

## TITULARES

Domicio Gondim  
José Leite  
Celso Ramos  
Paulo Torres  
Carlos Lindenberg

## SUPLENTE

José Feliciano  
Mello Braga  
José Guimard  
Vasconcellos Torres  
Rui Palmeira

## M D B

Josaphat Marinho  
José Ermirio

Aarão Steinbruch  
Argemiro de Figueiredo

Secretário: Cláudio I. C. Leal Neto

Reuniões: Quartas-feiras, às quinze horas.

## COMISSÃO DE POLIGONO DAS SECAS

(7 MEMBROS)

## COMPOSIÇÃO

Presidente: Rui Carneiro  
Vice-Presidente: Duarte Filho

## A R E N A

## TITULARES

Rui Palmeira  
Manoel Villaga  
Clodomir Millet  
Júlio Leite  
Duarte Filho

## SUPLENTE

Menezes Pimentel  
José Leite  
Domicio Gondim  
Leandro Maciel  
Petronio Portela

## M D B

Rui Carneiro  
Aurélio Vianna

Pessoa de Queiroz  
Argemiro de Figueiredo

Secretário: Cláudio I. C. Leal Neto

Reuniões: Quinta-feiras às dezessete horas.

## COMISSÃO DE PROJETOS DO EXECUTIVO

(9 MEMBROS)

## COMPOSIÇÃO

Presidente: Wilson Gonçalves  
Vice-Presidente: Carlos Lindenberg

## A R E N A

## TITULARES

Wilson Gonçalves  
Paulo Torres  
Antônio Carlos  
Carlos Lindenberg  
Mem de Sá  
Eurico Rezende

## SUPLENTE

José Feliciano  
Daniel Krieger  
Adolpho Franco  
Rui Palmeira  
Petronio Portela  
Clodomir Millet

## M D B

José Ermirio  
Lino de Mattos  
Josaphat Marinho

Antonio Balbino  
Aurélio Vianna  
Aarão Steinbruch

Secretário: Afrânio Cavalcanti Mello Júnior

Reuniões: Quartas-feiras às 16 horas

## COMISSÃO DE REDAÇÃO

(6 MEMBROS)

## COMPOSIÇÃO

Presidente: José Feliciano  
Vice-Presidente: Teotônio Villela

## A R E N A

## TITULARES

Teotônio Villela  
Antônio Carlos  
José Feliciano  
Lobão da Silveira

## SUPLENTE

Felinto Muller  
Mem de Sá  
José Leite  
José Guimard  
Bezerra Neto

## M D B

Secretário: Mário Nelson Duarte

Reuniões: Quintas-feiras às 16 horas.

## COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES

(11 MEMBROS)

## COMPOSIÇÃO

Presidente: Benedicto Valladares  
Vice-Presidente: Pessoa de Queiroz

## A R E N A

Benedicto Valladares  
Felinto Muller  
Aloysio de Carvalho  
Antônio Carlos  
José Cândido  
Arnold de Melo  
Mem de Sá  
Rui Palmeira

Alvaro Maia  
Fernando Correa  
Celso Ramos  
Wilson Gonçalves  
José Guimard  
José Leite  
Clodomir Millet  
Menezes Pimentel

## M D B

Pessoa de Queiroz  
Aarão Steinbruch  
Mário Martins

Pedro Ludovico  
Aurélio Vianna  
Argemiro Figueiredo

Secretário: J. B. Castejon Branco

Reuniões: Quartas-feiras às 16 horas.

## COMISSÃO DE SAÚDE

(6 MEMBROS)

## COMPOSIÇÃO

Presidente: Sigefredo Pacheco  
Vice-Presidente: Manoel Villaga

## A R E N A

## TITULARES

Sigefredo Pacheco  
Duarte Filho  
Fernando Corrêa  
Manoel Villaga

## SUPLENTE

Júlio Leite  
Clodomir Millet  
Ney Braga  
José Cândido

## M D B

Pedro Ludovico

Adalberto Sena

Secretário: Alexandre Mello

Reuniões: Terças-feiras às 16 horas.

## COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL

(7 membros)

## COMPOSIÇÃO

Presidente: Paulo Torres  
Vice-Presidente: Oscar Passos

## A R E N A

## TITULARES

Paulo Torres  
José Guimard  
Sigefredo Pacheco  
Ney Braga  
José Cândido

## SUPLENTE

Atílio Fontana  
Adolpho Franco  
Manoel Villaga  
Mello Braga  
Júlio Leite

## M D B

Oscar Passos  
Mário Martins

Adalberto Sena  
Pedro Ludovico

Secretária: Carmelita de Souza

Reuniões: Quartas-feiras, às 16 horas.

**COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL****COMPOSIÇÃO**

(7 membros)

Presidente: Vasconcelos Torres  
Vice-Presidente: Arnon de Melo**A R E N A****TITULARES**Vasconcellos Torres  
Carlos Lindenberg  
Arnon de Melo  
Paulo Torres  
José Guilomard**SUPLENTE**José Feliciano  
Antonio Carlos  
Manoel Villaga  
Menezes Pimentel  
Celso Ramos**M D B**Arthur Virgílio  
Adalberto Sena  
Secretário: J. Nery Passos Dantas  
Reuniões: Terças-feiras às 15:00 horas.Lino de Mattos  
Aarão Steinbruch**COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES  
E OBRAS PÚBLICAS**

(5 membros)

**COMPOSIÇÃO**Presidente: José Leite  
Vice-Presidente: Lino de Mattos**A R E N A****TITULARES**José Leite  
Celso Ramos  
Arnon de Melo  
Atílio Pontana**SUPLENTE**José Guilomard  
Petronio Portela  
Domício Gondim  
Carlos Lindenberg**M D B**Lino de Mattos  
Secretária: Carmelita de Souza  
Reuniões: Quintas-feiras às 16:00 horas.

Arthur Virgílio

**COMISSÃO DE VALORIZAÇÃO DA AMAZÔNIA**

(5 membros)

**COMPOSIÇÃO**Presidente: José Guilomard  
Vice-Presidente: Clodomir Milot**A R E N A****TITULARES**José Guilomard  
Fernando Corrêa  
Clodomir Milot  
Alvaro Maia**SUPLENTE**Lobão da Silveira  
José Feliciano  
Filinto Müller  
Sigefredo Pacheco**M D B**Adalberto Sena  
Secretário: Alexandre Mello  
Reuniões: Terças-feiras às 15:00 horas.

Oscar Passos